

# SOJA

BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS E  
CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A Caminho da Sustentabilidade





Foto: AIBA

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta publicação foi elaborada com o objetivo de enfatizar a importância social, ambiental e econômica da adoção de boas práticas agrícolas na cadeia produtiva da soja e dos diversos acordos e certificações socioambientais aplicáveis à *commodity* e seus derivados. Apresenta, também, informações básicas sobre a representatividade da soja no mercado mundial, dando-se maior ênfase no mercado brasileiro.

O foco maior é estimular uma reflexão sobre os caminhos e os benefícios de se implementar padrões socioambientais nas várias etapas produtivas e operacionais deste setor, que se traduzem na efetiva responsabilidade social e ambiental exigida pelos mercados proeminentes. Também são descritos alguns mecanismos financeiros baseados nos prementes critérios da sustentabilidade, condicionantes essenciais para a concessão de financiamentos voltados aos empreendimentos do setor. Busca-se, sobretudo, o esclarecimento dos produtores, empresas e demais envolvidos nesta cadeia, sobre as generalidades da sustentabilidade relacionada às *commodities* agrícolas, com destaque para a soja e subprodutos.

Importante lembrar que de modo algum se pretende, com esta publicação, esgotar ou apresentar todas as opções sobre as iniciativas de boas práticas agrícolas, mecanismos financeiros, acordos ou certificações socioambientais existentes, já que isso seria uma tarefa praticamente impossível em função do volume de informações existentes sobre os temas.

Porém, através de exemplos de programas de boas práticas e da descrição de diversos acordos e padrões de certificação aplicáveis, espera-se contribuir com a disseminação dos aspectos mais importantes para a transição dos sistemas agrícolas tradicionais rumo ao estabelecimento de novos meios produtivos e operacionais envolvendo critérios de melhoria contínua da cadeia produtiva da soja.

# SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	2
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>3</b>
<b>O MERCADO DA SOJA.....</b>	<b>5</b>
Soja: uma <i>commodity</i> agrícola .....	5
A soja brasileira e o perfil do mercado .....	5
Crescimento do mercado e os aspectos socioambientais.....	6
<b>MECANISMOS FINANCEIROS.....</b>	<b>7</b>
Financiamentos condicionados à sustentabilidade: alguns exemplos.....	7
Banco do Brasil .....	7
Rabobank.....	7
Corporação Financeira Internacional ( <i>International Finance Corporate</i> - IFC).....	8
<b>PROGRAMAS DE BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS .....</b>	<b>10</b>
Soja Plus – Programa de Gestão Econômica, Social e Ambiental da Soja Brasileira .....	10
Soja Mais Verde .....	11
Cargill 3S – Soluções para Suprimentos Sustentáveis .....	12
Código de Agricultura Sustentável Unilever ( <i>Sustainable Agriculture Code</i> – SAC).....	14
Programa Soja Livre – Embrapa .....	14
Agricultura Sustentável – Bunge.....	14
Iniciativa “Do Campo ao Mercado” - Instituto para o Agronegócio Sustentável (ARES) e Embrapa .....	15
Programa de Aplicação Responsável (PAR).....	16
Programas de Boas Práticas Agrícolas Emater .....	16
Manual de Boas Práticas Agrícolas Socioambientais no Agronegócio – Rabobank.....	16
Syngenta – Projetos Socioambientais .....	17
Grupo André Maggi – Sustentabilidade .....	18
Fiagril – Projetos Socioambientais .....	19
ADM – Programa Produzindo Certo e outros Compromissos.....	21
<b>COMPROMISSOS E ACORDOS .....</b>	<b>22</b>
Critérios da Basileia ( <i>Basel Criteria</i> – BC) .....	22
Iniciativa Holandesa de Comércio Sustentável ( <i>Initiatief Duurzame Handel</i> – IDH) .....	22
Moratória da Soja.....	23
Diretiva de Energia Renovável da União Europeia (EU-RED).....	24
<b>ESQUEMAS DE CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL.....</b>	<b>25</b>
Certificação RTRS – Associação Internacional de Soja Responsável / Mesa Redonda da Soja Responsável .....	25
Padrão ProTerra de Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental.....	26
Esquema de Certificação da Sustentabilidade da Câmara Argentina de Biocombustíveis para a União Europeia – ( <i>Carbio Sustainability Certification Scheme for EU – RED Compliance</i> - CSCS).....	26
Esquema Voluntário de Sustentabilidade de Biocombustíveis de Biomassa ( <i>Biomass Biofuels Sustainability Voluntary Scheme</i> – 2BSvs) .....	26
Sistema de Segurança para Matérias-Primas para Alimentação Animal ( <i>Feed Materials Assurance Scheme</i> - FEMAS) .....	27
Associação Argentina de Produtores de Plantio Direto – Aapresid / Agricultura Certificada (AC) .....	28
Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica ( <i>International Federation of Organic Agriculture Movements</i> – IFOAM) .....	28

Comércio Justo - ( <i>Fairtrade</i> ).....	29
IBD - Selo EcoSocial .....	30
Rede de Agricultura Sustentável Imaflora (RAS) / Sustainable Agriculture Network (SAN) – Selo Rainforest Alliance Certified™ .....	30
GlobalGAP - Global Good Agricultural Practices .....	31
Mesa Redonda dos Biocombustíveis Sustentáveis - <i>Round Table on Sustainable Biofuels</i> (RSB).....	32
Sustentabilidade Internacional e Certificação do Carbono – <i>International Sustainability and Carbon Certification</i> (ISCC) .....	32
Acordo Técnico da Holanda – <i>Netherlands Technical Agreement</i> (NTA 8080) .....	33
<b>CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) .....</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
LISTA DE ABREVIACÕES .....	37
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

**Copyright © 2012 – The Nature Conservancy**  
 Todos os direitos desta publicação são reservados  
 à The Nature Conservancy

**2ª Edição**

**ISBN:**  
 978-85-60797-13-4

**Realização:**  
 The Nature Conservancy (TNC)

**Pesquisas, Texto, Projeto Gráfico e Diagramação:**  
 Giuliano Moretti e Liana Zumbach

**Revisão:**  
 Giovana Baggio de Bruns e Henrique Santos

**Fotografias:**  
 Leandro Baumgarten  
 Prefeitura de Lucas do Rio Verde  
 Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA)  
 Adolfo Dallapria  
 Gabriel Daldegan

**Capa - Leandro Baumgarten**  
**Contracapa - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA)**

**Agradecimentos:**  
 Cargill  
 Syngenta  
 Fiagril  
 Grupo André Maggi

# O MERCADO DA SOJA

## Soja: uma *commodity* agrícola

Produtos que são produzidos e comercializados em larga escala são conhecidos como “*commodities*” (em inglês significam “mercadorias”). Existem diversas tipologias de *commodities*, cada qual agregando um conjunto de mercadorias de origem similar: *commodities* agrícolas, minerais, ambientais e financeiras, por exemplo. Outra característica que bem define uma *commodity* é a sua comercialização no estado ainda não transformado – com baixo valor agregado –, isto é, *in natura*, como uma matéria-prima que ainda sofrerá posteriores processos de transformação industrial. Estes produtos fazem parte de negociações em bolsas de mercadorias, tendo seus valores definidos através das condições e oscilações mercadológicas globais. A soja, portanto, enquadra-se na categoria de *commodity* agrícola, bem como o algodão, o trigo, o café, o fumo e outros.

A soja é uma excelente fonte de proteína, o que faz dela um alimento muito importante, tanto para a alimentação humana como para a animal. A sua fração oleosa é utilizada pela indústria alimentícia, estando presente em diversos produtos como margarina, maionese, gorduras vegetais, dentre outros destinados à alimentação humana. O seu farelo, por sua vez, é utilizado pela indústria de rações para o gado leiteiro e de corte.<sup>(1)</sup> A soja é também utilizada como matéria-prima para muitos outros produtos, como protetores solares e cremes com ação antioxidante local (cosméticos), biocombustíveis, lubrificantes industriais, tintas para impressão gráfica e polímeros.

## A soja brasileira e o perfil do mercado

O Brasil é um dos maiores produtores de soja no mundo, dispondo de uma área de aproximadamente 23 milhões de hectares destinados à sua produção, de um total mundial de 96 milhões de hectares. O país, portanto, dispõe de uma fatia de 24% da área mundial plantada, abarcando milhares de produtores deste insumo tão importante para o desenvolvimento social e econômico de todas as partes envolvidas na sua cadeia produtiva.<sup>(2)</sup> Nesse contexto, a soja é considerada a principal cultura agrícola do país, tanto em volume, como em geração de renda.<sup>(1)</sup> Para que se tenha uma ideia da dimensão deste mercado, o Brasil responde pela segunda posição mundial em exportação de grãos, óleo e farelo de soja.<sup>(3)</sup>

Devido ao aumento da prosperidade e do crescimento populacional, o consumo da soja tem crescido substan-

cialmente, já que a sua composição de aminoácidos e seu alto conteúdo proteico a tornam uma boa fonte nutricional de proteína. Os maiores produtores e exportadores de soja do mundo são os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, sendo que os primeiros produziram, apenas na safra 2009/2010, 91 milhões de toneladas, o que representou 35% da produção global. Juntos, Brasil e Argentina responderam por 46% da produção global, apresentando maior potencial de expansão nos últimos anos.<sup>(4)</sup>

Os maiores importadores de grãos de soja do mundo são a China, que vem aumentando vertiginosamente seu volume de importação, seguida da União Europeia (UE), Japão e México. Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial do Brasil, quando superou os Estados Unidos que se mantinham na posição desde a década de 30. Embora esse dado provavelmente seja temporário, refletindo a crise econômica enfrentada pelos Estados Unidos em 2008, é uma indicação de grande relevância sobre a força do mercado Chinês para os exportadores brasileiros de *commodities*. Em termos quantitativos, só em 2009 o Brasil exportou para o mundo quase 30 milhões de toneladas métricas de grãos de soja, sendo que desse valor, pouco mais de 15 milhões foram exportados apenas para a China. E, mesmo diante das projeções de cenários mais pessimistas, a tendência é de aumento das exportações do Brasil para aquele país.<sup>(5)</sup>

No mercado interno brasileiro, a soja se destaca como a principal cultura explorada. Este alto nível de competitividade se deve à grande área disponível, à mão de obra barata, ao significativo grau tecnológico, à grande escala produtiva e à disponibilidade de capital.<sup>(6)</sup>

Todas as regiões do Brasil produzem soja e os estados de Mato Grosso e do Paraná são responsáveis por 27% e 20% da produção nacional, respectivamente. Em nível mundial, o Mato Grosso sozinho representa uma produção de 8% do total da soja produzida. No que tange ao total de áreas cultivadas no país, o Mato Grosso se posiciona em primeiro lugar com a maior extensão plantada, seguido do Paraná e do Rio Grande do Sul. Porém, devido à limitação de novas áreas para a expansão do plantio na região Sul, cresce atualmente a responsabilidade das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste por fornecer área para a expansão do cultivo da soja no Brasil.<sup>(6)</sup>

Do total de exportações para a China, os estados de Mato Grosso (34,5%), Rio Grande do Sul (23,9%), Paraná (15,8%) e Goiás (9%) encabeçam a lista dos maiores exportadores, segundo dados das exportações do ano de 2009.<sup>(5)</sup>

Se por um lado o país se destaca como um dos principais exportadores da soja em grãos, por outro não dispõe da mesma competitividade para os seus produtos semi-processados, como o óleo e o farelo, em função da política tributária que privilegia a exportação do grão que tem baixo valor agregado. Há, devido a isso, uma relativa morosidade nos investimentos em plantas de processamento que responderiam pelo aumento do valor dos produtos processados, ganhos de fatias importantes do mercado internacional e desenvolvimento econômico de

uma cadeia produtiva mais diversificada.<sup>(6)</sup> Independentemente disso, no Brasil e no mundo, a demanda pela soja vem crescendo significativamente, promovendo o crescimento da cadeia produtiva interna e ampliando a sua presença no mercado global. Deste modo, fica claro que as operações relacionadas à soja são de suma importância para a economia brasileira, revelada pela evidente representatividade do país como produtor e exportador desta *commodity* agrícola.

## Crescimento do mercado e os aspectos socioambientais

O mercado em crescente expansão tem promovido a formação de mais plantações de soja, bem como de outros produtos agrícolas, o que potencializa os impactos e a demanda por recursos ambientais, como os bens e serviços que formam o capital natural (água, solo, biodiversidade, regimes de chuvas, entre outros). O capital natural é toda a base de recursos ambientais que permite a subsistência da vida em sua totalidade e, é claro, o desenvolvimento socioeconômico do homem. Além disso, no conjunto de entes ameaçados pelo crescimento, encontra-se a dignidade da vida humana, em especial a do trabalhador inserido nesses sistemas produtivos.

Todos esses problemas relacionados à expansão do mercado têm sido alvo de críticas, principalmente aqueles relacionados ao desmatamento e consequentes impactos ambientais, como emissão de gases de efeito estufa, contaminação da água e do solo e a perda da biodiversidade. O Brasil, por sua vez, vem demonstrando uma forte preocupação para que a expansão do mercado de *commodities* agrícolas, em especial o da soja, aconteça de forma responsável e conforme as leis nacionais. Isto também se deve ao fato de que o mercado consumidor europeu tem exigido, cada vez mais, que toda a cadeia produtiva esteja alinhada aos preceitos da sustentabilidade ambiental e social, atestada por certificações, acordos ou programas específicos.<sup>(4)</sup>

Essas e outras tendências revelam que o futuro da produção da soja no Brasil e no mundo seguirá diretrizes padronizadas nas esferas econômica, social e ambiental, sob a égide de práticas agrícolas muito mais responsáveis. Seja através de práticas determinadas por compromissos ou acordos, seja por meio de padrões de certificação e iniciativas em pleno desenvolvimento, a mobilização de fornecedores, produtores, compradores, exportadores, processadores e demais atores da cadeia da soja será obrigatória no processo de condicionamento socioambiental para a continuidade sustentável dos negócios.

Com o intuito de gerenciar de forma adequada o vertiginoso crescimento do mercado mundial da soja, faz-se necessário repensar os sistemas produtivos agrícolas dentro de uma abordagem muito mais sustentável do que a atual, considerando-se o tripé da sustentabilidade. Padrões de certificação, bem como acordos e programas de boas práticas adotados individualmente por empresas e fornecedores, ou por um conjunto de entidades, serão a mola propulsora desta caminhada rumo à excelência socioambiental da produção agrícola.



Foto: Prefeitura de Lucas do Rio Verde

# MECANISMOS FINANCEIROS

Bancos, agências financeiras e outros investidores também têm um papel importante na produção da soja. O cultivo mecanizado em larga escala demanda investimentos em terras, máquinas, fertilizantes e defensivos agrícolas, que são ofertados aos produtores e às companhias que comercializam a soja. Bancos como o Banco do Brasil, Rabobank, Fortis Bank, ABN AMRO, ING Bank, International Finance Corporation (IFC), Santander, e aqueles voltados ao desenvolvimento, dispõem de linhas especiais de financiamento para o setor agrícola e, especificamente, para o da soja. Entretanto, essas instituições se utilizam de exigências sociais e ambientais como critérios a serem comprovadamente atendidos para que os programas de financiamento possam contemplar os negócios envolvendo a *commodity*.<sup>(7)</sup>

Assim como toda a cadeia produtiva da soja é responsável pelos seus impactos socioambientais, seus investidores, como os bancos, que muitas vezes viabilizam parte ou a totalidade dos processos e recursos desta cadeia, também respondem pelas consequências desses impactos. Afinal, é através dos financiamentos que a maioria dos negócios se consolida e, conseqüentemente, de onde surgem os impactos.

Nessa linha, nada mais coerente do que o estabelecimento de exigências específicas com foco nas condições sociais e ambientais de toda a cadeia produtiva beneficiada pelos investimentos. Especialistas ratificam que sem o financiamento, os fazendeiros perdem o principal incentivo para cultivar em áreas recém devastadas, com evidente mitigação dos impactos ao meio ambiente.

## Financiamentos condicionados à sustentabilidade: alguns exemplos

### Banco do Brasil

O Banco do Brasil, principal financiador do agronegócio no país, também aderiu à Moratória da Soja, um pacto destinado a evitar a produção e a comercialização do grão cultivado em áreas de desmatamento no bioma amazônico. A Moratória, que busca a conciliação entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, foi proposta por organizações não governa-

mentais ambientalistas em 2006 e pactuada com o governo e o setor produtivo. O banco estabeleceu critérios de regularização ambiental das propriedades para a concessão de financiamento, também abrindo linhas de crédito para a recuperação de Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), negando o financiamento para a produção de soja em áreas desmatadas. Neste cenário, a instituição passou a considerar quesitos exigidos na Moratória da Soja para a análise e concessão de crédito.<sup>(8)</sup>

O monitoramento feito pelo Grupo de Trabalho da Soja (GTS) – composto por diversos atores da Moratória – considera como desmatamento as aberturas acima de 25 hectares, sendo realizado através de sobrevoos e imagens de satélite fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Isso permite constatar se houve novos desmatamentos em propriedades sojicultoras e se houve plantio do grão nessas áreas a partir de julho de 2006. Em caso afirmativo, a propriedade não mais consegue fornecer a produção aos compradores que participam do acordo.<sup>(9)</sup>

### Rabobank

Outro exemplo de instituição financiadora da responsabilidade socioambiental agrícola é o Rabobank, que desenvolve sua política social e ambiental com o intuito de assegurar uma contribuição para o fortalecimento do agronegócio e da cadeia agroalimentar no Brasil. O banco pretende melhorar a competitividade e minimizar o risco de barreiras comerciais não tarifárias relacionadas ao meio ambiente e às questões sociais.

**O Rabobank incentiva a adoção de boas práticas agrícolas e de gestão ambiental que incluam a conservação da biodiversidade, do solo, da qualidade da água e do ar; o desenvolvimento de políticas sociais e ambientais para fornecedores de matérias-primas; o uso de procedimentos que garantam o bem-estar animal; e a mitigação da emissão de gases de efeito estufa.**

O Rabobank desenvolveu um sistema de análise de seus clientes, pelo qual espera incentivar a adoção de boas práticas agrícolas e identificar a existência de critérios de exclusão. De acordo com publicações feitas pela instituição sobre o assunto, o agronegócio e a cadeia agroalimentar têm o potencial de contribuir para a geração de emprego, aliando a conservação de recursos naturais e o crescimento do país.

Dentre os vários critérios de exclusão das relações comerciais com o Rabobank, a instituição considera

quaisquer violações das suas declarações socioambientais - como bem-estar animal, Organismos Geneticamente Modificados, Direitos Humanos e Indústria armamentista -, violações das providências previstas pela Declaração da Organização Internacional do Trabalho, sobreposição de áreas de culturas com unidades de conservação, existência de áreas com situação fundiária irregular, ausência das principais licenças aplicáveis etc.

Adicionalmente, o Rabobank estabelece critérios de qualificação no que se refere ao atendimento das legislações trabalhista e ambiental brasileiras, provendo apoio para que seus clientes cumpram essas leis. Identificadas deficiências no cumprimento de aspectos legais específicos, os clientes devem se comprometer com a melhoria contínua que será verificada anualmente através de visita na propriedade. Clientes considerados como de alto risco socioambiental deverão se comprometer com a melhoria de seus processos, por meio de planos de ação elaborados pela área socioambiental da instituição, que também realiza o monitoramento da implementação desses planos. Aqueles clientes identificados como descomprometidos em apresentar evidências de melhoria no cumprimento desses aspectos poderão ter seu relacionamento encerrado com o banco.

Com relação à cadeia de suprimentos, o Rabobank recomenda que as empresas devam ter uma política de suprimentos implementada, levando em consideração critérios socioambientais para o financiamento de fornecedores. Ademais, o banco incentiva que tais empresas aumentem sistematicamente o volume de matérias-primas produzidas de maneira sustentável e que preferencialmente possuam uma certificação socioambiental reconhecida internacionalmente.<sup>(10)</sup>

A instituição também prescreve algumas políticas para setores como o da soja, cana-de-açúcar, algodão, café, cacau, óleo de palma, florestas, biocombustíveis, aquicultura, pesca, mineração, óleo e gás. A Política Setorial da Soja visa contribuir com a realização de uma cadeia produtiva sustentável por meio da avaliação e engajamento do cliente. Esta política se aplica a todos os serviços comerciais do banco, tais como créditos, financiamento de projetos, serviços de consultoria e financiamento de mercado oferecidos para o setor da soja.

Produtores de soja que não gerenciam adequadamente os problemas de sustentabilidade podem causar sérios riscos sociais e ecológicos e, conseqüentemente, gerar

significativos riscos aos negócios. Os problemas que geralmente são associados com a produção da soja incluem: desmatamento e conversão de habitats naturais em terras agrícolas com impactos na biodiversidade; distúrbio de áreas preservadas ou protegidas; grandes quantidades de gases de efeito estufa causadas por incêndios ou abertura de novas áreas; conflitos sobre posse e uso das terras; baixo nível de tratamento e violações dos direitos de povos indígenas e comunidades locais; baixas condições de trabalho; erosão do solo; desmatamento; e baixo nível de processamento de terras aráveis; uso irresponsável de água potável, especialmente em ambientes onde há escassez deste recurso; poluição de águas superficiais e subterrâneas.<sup>(11)</sup>

### **Corporação Financeira Internacional (*International Finance Corporate* - IFC)**

A IFC, ligada ao Banco Mundial (*World Bank*), é uma instituição financeira que tem como missão a promoção do investimento sustentável do setor privado dos países em desenvolvimento, ajudando a reduzir a pobreza e a melhorar a vida das pessoas. É uma entidade investidora e consultora global empenhada em promover projetos sustentáveis em países membros e em desenvolvimento. Como premissa básica, esses projetos devem ser financeira e economicamente saudáveis, além de ambiental e socialmente sustentáveis.

#### **Os projetos financiados pela IFC devem:<sup>(12)</sup>**

- **Ser implementados em um país em desenvolvimento membro da IFC;**
- **Pertencer ao setor privado;**
- **Ser tecnicamente seguros;**
- **Apresentar boas perspectivas de lucratividade;**
- **Beneficiar a economia local; e**
- **Ser ambiental e socialmente saudáveis, atendendo aos padrões ambientais da IFC, bem como os padrões do país em que se inserem.**

É oferecida pela IFC uma grande variedade de produtos financeiros para projetos do setor privado nos países em desenvolvimento qualificados para receber um financiamento.

Os padrões ambientais a serem atendidos pelos interessados nos financiamentos da IFC contemplam diversos

assuntos relativos ao atendimento das premissas de responsabilidade socioambiental. Estão disponíveis em documentos publicados<sup>a</sup> pela IFC e visam colaborar com os interessados a compreender todos os aspectos sociais e ambientais relativos aos seus projetos, além de como atendê-los. Esses documentos versam sobre a conservação da biodiversidade; resolução de conflitos em comunidades afetadas; meio ambiente, saúde e segurança; trabalho infantil; dimensões sociais do setor privado; combate à discriminação e equalização de oportunidades; condições de trabalho, avaliação e gestão de impactos relacionados aos direitos humanos; engajamento de partes interessadas nos projetos desenvolvidos em mercados emergentes; entre outros temas. Apresentam, também, uma série de outros documentos de iniciativas ambientalmente responsáveis e socialmente justas que dão o suporte necessário para a implementação das boas práticas agrícolas que, por sua vez, são condicionantes para a obtenção de financiamentos da IFC.



Foto: AIBA

O Programa Biodiversidade e *Commodities* Agrícolas (sigla BACP em inglês), por exemplo, é uma iniciativa da IFC, do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (*Global Environment Facility* - GEF) e dos governos do Japão, Holanda, Noruega, Luxemburgo, Itália e Nova Zelândia. O programa apoia projetos que visam à redução das ameaças à biodiversidade, decorrentes da destruição de habitats associada à expansão da agricultura.<sup>(13)</sup>

O BACP busca utilizar as forças de mercado para a promoção de boas práticas em todos os elos das cadeias produtivas, focado em quatro *commodities* agrícolas: soja, dendê, cana-de-açúcar e cacau. No contexto da soja, objetiva promover a produção, a demanda e a comercialização da soja sustentável. Segundo o relatório do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) 2009, “Esse apoio se dá através de quatro linhas estratégicas de financiamento, que buscam: promover um ambiente favorável à transversalização da biodiversidade; desenvolver, testar e disseminar boas práticas para a produção; promover a demanda por produtos com impactos positivos para a biodiversidade; e desenvolver serviços financeiros para apoiar a implementação das ações contempladas pelos outros três componentes.”<sup>(14)</sup>

Como ponto focal do programa no Brasil, o Funbio tem participado tanto da elaboração de estratégias de transformação de mercado para as *commodities* que são trabalhadas pelo programa – soja, cana-de-açúcar, cacau e óleo de palma –, quanto do processo de seleção dos projetos.<sup>(14)</sup>

<sup>a</sup> IFC: [www.ifc.org](http://www.ifc.org).

# PROGRAMAS DE BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Cada vez mais conscientes sobre a importância da sustentabilidade e seus três pilares - social, ambiental e econômico -, além da qualidade dos produtos, os consumidores passam hoje a reivindicar e exigir práticas muito mais responsáveis em toda a cadeia produtiva. No caso da produção no campo, essas exigências dão origem às chamadas Boas Práticas Agrícolas (BPAs), que podem ser definidas como “fazer as coisas da melhor maneira e dar garantias disso”.

As BPAs são um conjunto de princípios, normas e recomendações técnicas aplicadas à produção, ao processamento e ao transporte de insumos, matérias-primas e produtos, orientados a cuidar da saúde humana, proteger o meio ambiente e melhorar as condições dos trabalhadores e suas famílias. Os beneficiários diretos e indiretos das BPAs são os agricultores e suas famílias, pois agregam maior valor aos seus produtos; os consumidores, que disporão de produtos com maior qualidade e produzidos sob requisitos de responsabilidade socioambiental; e a sociedade em geral, que desfrutará de um ambiente preservado e de relações sociais mais justas.<sup>(15)</sup>

## Com as BPAs, buscam-se resultados relacionados:<sup>(15)</sup>

- À segurança e às condições sociais das pessoas, pois elas melhoram as condições e o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias;
- À segurança alimentar, pela produção de alimentos saudáveis, não contaminados e de maior qualidade para melhorar a nutrição e a alimentação;
- Ao meio ambiente, pois os recursos como a água, o solo, o ar e os serviços naturais são menos impactados negativamente;
- À segurança dos produtos, através de um gerenciamento sistemático que permite uma maior rastreabilidade de suas etapas de produção e comercialização, além de maior acesso ao mercado mais exigente;
- Ao bem-estar animal, uma vez que há um melhor tratamento dos animais e uma alimentação mais adequada.

As BPAs são procedimentos estabelecidos para a produção primária, objetivando, sobretudo, o controle dos

riscos e perigos presentes em cada etapa operacional, levando-se em consideração critérios de sustentabilidade para a preservação ambiental e para a promoção socioeconômica de todos os envolvidos na produção agrícola. A seguir, são apresentados alguns programas de grande destaque no cenário agrícola nacional.

## Soja Plus – Programa de Gestão Econômica, Social e Ambiental da Soja Brasileira

O Soja Plus é organizado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (APROSOJA) e pelo Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES).

É um programa que promove e implementa ações em parceria com produtores rurais, governos estaduais e municipais, sociedade civil, indústria, comércio, instituições de pesquisa, ensino e extensão, com os seguintes objetivos<sup>(16)</sup>:

- Desenvolver um programa de gestão transparente e participativo da propriedade rural de soja, em âmbito nacional, para atender às demandas de mercado por produtos sustentáveis;
- Atingir a melhoria contínua gradativa dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da propriedade rural;
  - Realizar a verificação voluntária de critérios e indicadores.

O programa tem como dinâmica de trabalho o diagnóstico dos desafios e oportunidades, a promoção de ações de apoio e fomento, o monitoramento de indicadores de desempenho e o reconhecimento dos avanços obtidos. Esta dinâmica se desdobra nas várias atividades do programa, que se resumem em:

- Divulgar, sensibilizar e esclarecer o produtor sobre temas econômicos, sociais e ambientais;
- Produzir e distribuir material técnico para implementar melhores práticas agrícolas;
- Oferecer ferramentas de gestão da propriedade rural;
- Formar agentes multiplicadores;
- Organizar treinamentos e dias de campo;

- Organizar troca de experiências entre produtores e estabelecer referenciais comparativos;
- Verificar a eficácia das ações quanto à implementação nas unidades de produção;
- Avaliar o grau de aprendizagem do conteúdo ministrado;
- Reconhecer e divulgar anualmente os avanços obtidos por intermédio de boletim estatístico, encontro de participantes, selos de qualificação e certificação de unidades de produção;
- Prospectar incentivos financeiros para os produtores que atingirem um grau elevado de gestão e que buscam um mercado diferenciado.<sup>(16)</sup>

**O Soja Plus dispõe de cinco linhas de ação, que funcionam como princípios básicos do programa: Qualidade de vida no trabalho; Melhores práticas de produção e serviço; Viabilidade financeira e econômica; Qualidade do produto e Responsabilidade social.**

Essas linhas se desdobram em planos e procedimentos específicos relativos à saúde ocupacional, relações trabalhistas, práticas agrícolas e gestão de impactos sobre recursos naturais, viabilidade financeira e econômica, qualidade do produto e responsabilidade social, com as seguintes exigências mínimas.<sup>(16)</sup>

**Saúde ocupacional:** adoção de procedimentos que garantam acesso à água potável, alimentação adequada e boas condições sanitárias para trabalhadores; Plano de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); Plano de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); procedimentos de primeiros socorros, assistência médica e pronto atendimento a acidentes e orientação para uso de Equipamentos de Proteção Individual.

**Relações trabalhistas:** plano de controle de exigências legais e de jornada de trabalho; procedimentos de orientação de funcionários voltados às atividades de operação de máquinas, manuseio de produtos químicos, riscos ambientais, de saúde e segurança.

**Práticas agrícolas e gestão de impactos sobre os recursos naturais:** mapeamento dos recursos naturais (recursos

hídricos, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal); monitoramento dos impactos sobre o solo e sobre a água; monitoramento das emissões de gases de efeito estufa pelo uso de combustíveis; identificação e o mapeamento de riscos socioambientais das operações; adoção de procedimentos para a mitigação dos impactos gerados; plano de redução, reutilização e reciclagem de resíduos; e procedimentos de técnicas conservacionistas.

**Viabilidade financeira e econômica dos projetos:** planejamento financeiro dos projetos; implantação de controles de custos; adoção de mecanismos de gestão de risco; e o cumprimento da legislação.

**Qualidade do produto:** plano de avaliação dos perigos e pontos críticos de controle; monitoramento do uso de possíveis contaminantes; procedimentos para produção, logística e infraestrutura de transporte; armazenamento e beneficiamento.

**Responsabilidade social:** procedimentos para a interação com a sociedade para a resolução de conflitos de interesse em áreas de entorno e plano de participação em projetos sociais individuais e coletivos.

Para participar do programa Soja Plus, os produtores rurais devem realizar o cadastro no sítio eletrônico do programa<sup>a</sup> onde poderão acessar materiais técnicos sobre as melhores práticas agrícolas e utilizar ferramentas de gestão da propriedade rural. Produtores e seus funcionários poderão participar de treinamentos, dias de campo e troca de experiências com outras propriedades. Sindicatos e associações de produtores rurais, o setor público, empresas privadas, organizações não governamentais, universidades e entidades financeiras também são agentes coparticipativos muito importantes, angariando diversos benefícios e contribuindo para o desenvolvimento do programa.<sup>(17)</sup>

## Soja Mais Verde

O Projeto Soja Mais Verde<sup>b</sup> é uma iniciativa do Governo do Estado de Mato Grosso, da Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (APROSOJA) e da Organização Não Governamental Internacional *The Nature Conservancy* (TNC), em parceria com as prefeituras municipais e outras entidades. Tem como objetivo assegurar a produção sustentável da soja no Estado de

<sup>a</sup> Soja Plus: [www.sojaplus.com.br](http://www.sojaplus.com.br).

<sup>b</sup> Soja Mais Verde:

[www.aprosoja.com.br/novosite/com\\_projeto.php?id=14&comissoes=Sustentabilidade%20Socioambiental](http://www.aprosoja.com.br/novosite/com_projeto.php?id=14&comissoes=Sustentabilidade%20Socioambiental).

Mato Grosso por meio do mapeamento e regularização ambiental das propriedades rurais.<sup>(18)</sup> Paralelamente, busca recuperar áreas degradadas e zerar o cultivo de soja nas Áreas de Proteção Permanente (APP), que incluem nascentes, olhos d'água, chapadões, margem de rios, entre outros.

O projeto se propõe a mapear as propriedades rurais de treze municípios da região do Alto Teles Pires – MT, maior centro produtor de soja do Brasil e responsável por cerca de 10% da produção nacional.<sup>(19)</sup>

O Município de Sorriso é um excelente exemplo de adoção do programa Soja Mais Verde. Até março de 2011, ainda em fase de cadastramento das propriedades, os técnicos haviam conseguido mapear 60% da área do município. Foram realizadas reuniões em comunidades e divulgação através da imprensa com o intuito de obter 100% de adesão dos produtores da região. Após o cadastramento, já em campo, serão levantadas as áreas de proteção através de GPS, para permitir o delineamento das áreas a serem recuperadas. Esta recuperação poderá ser feita pelo isolamento da área para que o próprio banco de sementes existentes no solo se suceda à recuperação natural da vegetação original. Porém, segundo especialistas, onde houve uso intensivo de herbicidas, esse banco de sementes pode ter sido exaurido, impossibilitando uma recuperação efetiva da vegetação nativa. Nesses casos, devem ser realizados enriquecimentos com mudas nativas da região isolada, onde se praticava a agricultura. Especialistas afirmam que entre o terceiro e o quarto ano após o plantio das mudas, a nova floresta passa a se desenvolver sozinha. Mas até então, deve-se prover um cuidado tecnicamente respaldado para o estabelecimento da plantação nativa introduzida. Dessa forma, mesmo diante das dificuldades, é possível identificar uma positiva relação custo-benefício para quem recupera uma APP, declaram agricultores beneficiados por essas atividades.

Numa segunda fase do programa, buscar-se-á recuperar e cuidar das chamadas Reservas Legais – parcelas compulsoriamente protegidas das propriedades, que variam de região para região.<sup>(20)</sup>

Os produtores de propriedades ainda não cadastradas pelo programa devem buscar as respectivas prefeituras municipais para a devida regularização, contribuindo assim para o mapeamento dos passivos ambientais derivados dos cultivos de soja e para o delineamento de ações de recuperação das APP e das RL.

## Cargill 3S – Soluções para Suprimentos Sustentáveis

O programa SSS (ou 3S) da Cargill<sup>a</sup> é uma iniciativa que pretende prover soluções para os três principais aspectos relacionados à produção da soja: desmatamento, direito dos trabalhadores e emissões de gases de efeito estufa. É, na realidade, uma resposta pragmática e simples às reais demandas de hoje voltadas à sustentabilidade dos seus produtos. A partir de 2011, a Cargill posicionou-se como uma fornecedora de soja estabelecida sob os critérios do programa 3S.<sup>(21)</sup>

Com relação à prevenção da degradação de áreas, a Cargill se compromete a fornecer produtos que não sejam provenientes de:<sup>(21)</sup>

- Áreas com alto valor de biodiversidade, consideradas florestas primárias;
- Áreas designadas por lei para fins de proteção; e
- Terras com elevado estoque de carbono.

Ao optar por participar do programa 3S, os fornecedores de soja da Cargill se comprometem com esses termos, por meio de uma declaração assinada sobre os grãos fornecidos, na qual ainda autorizam o acesso da empresa às lavouras, seja por conta própria ou através de auditores independentes, com o intuito de verificar o atendimento do que foi declarado pelo produtor.

Para o respeito e a proteção do bem-estar do trabalhador, a Cargill estabelece que o plantio, o crescimento e o processamento dos seus produtos não devem afetar de forma adversa os direitos dos trabalhadores. Sendo uma importante compradora mundial e processadora de grãos de soja com operações no Brasil, a empresa reconhece a necessidade de se respeitar e proteger ambientes sensíveis, fornecendo o suporte para a produção de soja sustentável. A organização vem trabalhando junto aos fazendeiros, parceiros industriais, organizações não governamentais e comunidades para desenvolver soluções de vanguarda que promovam a sustentabilidade nas práticas agrícolas e os incentivos ao desenvolvimento econômico sustentável.<sup>(22)</sup>

Priorizando o melhoramento contínuo, o programa 3S estimula o produtor a evoluir sistematicamente em aspectos como contratos de trabalho, saúde e segurança, alojamento, remuneração, combate à discriminação, origem da semente e uso de defensivos agrícolas. Mediante a evolução de suas práticas, avaliadas anual-

<sup>a</sup> Cargill: [www.cargill.com.br/pt/responsabilidade-corporativa](http://www.cargill.com.br/pt/responsabilidade-corporativa).

mente, o produtor mantém a certificação no programa 3S.

Além disso, as propriedades fornecedoras devem estar em conformidade com todas as leis referentes às condições de trabalho e direito dos trabalhadores, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho infantil e às condições que caracterizam o trabalho forçado ou escravo. As fazendas devem atender aos requisitos básicos de saúde e segurança, garantindo que os trabalhadores sejam treinados adequadamente e tenham acesso aos equipamentos de segurança apropriados.

Em relação ao gerenciamento das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a Cargill ratifica que está alinhada à Diretiva de Energia Renovável da União Europeia (EU - RED), para cada etapa da sua cadeia de suprimentos. Adicionalmente, a empresa garante que a medida de sua pegada de carbono está abaixo de quaisquer parâmetros de referência acordados e que também investe fortemente na cadeia de suprimentos e na eficiência dos processos, com o intuito de reduzir significativamente as emissões de GEE.<sup>(21)</sup>

A cadeia de suprimentos da Cargill, condicionada pelo Programa 3S, é auditada por organismo independente, sob os critérios estabelecidos pela norma de auditoria internacionalmente reconhecida ISO 19011 ou qualquer outro padrão aceitável sob as regras da EU - RED.

A visão da empresa voltada à produção responsável da soja no Brasil contempla:<sup>(22)</sup>

- Produção de Soja Responsável na Amazônia;
- Apoio aos Produtores e Promoção da Sustentabilidade;
- Desenvolvimento e Produção da Soja Sustentável; e
- Respeito e Engajamento com a Comunidade Local em Santarém.

A “Produção da Soja Responsável na Amazônia” diz respeito à adesão da empresa à Moratória da Soja, juntamente com outros envolvidos com a indústria da soja no Brasil, em que a empresa se compromete a não comprar soja de terras que tenham sido desmatadas no bioma amazônico a partir de julho de 2006.

Na última renovação da Moratória, revalidada até 2013, incluiu-se um novo programa para prover informações e diretrizes aos fazendeiros para garantir a conformidade legal de suas propriedades e obter o Cadastro Ambiental Rural (CAR), assunto que será mais bem discutido adiante nesta publicação. Mais de 13.000 livretos, bem como

sessões de treinamentos têm sido utilizados para ajudar os produtores rurais e as partes interessadas locais a compreender os objetivos da Moratória da Soja, a conformidade legal com o Código Florestal brasileiro e as boas práticas agrícolas.<sup>(22)</sup>

O “Apoio aos Produtores e Promoção da Sustentabilidade” é uma ação em parceria com a organização não governamental TNC, na qual a Cargill provê suporte diretamente nas áreas da região de Santarém, no Estado do Pará, para a conformidade legal das propriedades com o Código Florestal brasileiro. Desde 2004, a chamada Parceria da Soja Sustentável tem ajudado os produtores a aplicar as melhores práticas de gestão ambiental, provendo treinamentos em reflorestamento e técnicas de restauração.

Desde 2006 não houve nenhum desmatamento na região de Santarém, refletindo o evidente sucesso dessas ações em parceria. Nos próximos anos, as ações serão expandidas para sistemas piloto de monitoramento para os impactos ambientais que vão além do desmatamento, tais como o uso de defensivos e qualidade da água. A iniciativa também será expandida para alcançar mais de 20 municipalidades adicionais no Estado de Mato Grosso, cobrindo mais 15 milhões de hectares de terras, incluindo aproximadamente 2,5 milhões de hectares de soja plantada.

Em relação ao “Desenvolvimento e Promoção da Sustentabilidade da Soja”, a Cargill também vem dando suporte a uma série de iniciativas do setor, além dos seus esforços internos, para encorajar a produção da soja sustentável. Por isso, também é uma organização membro do programa RTRS de certificação da soja responsável e contribui com o programa Soja Plus, iniciativa já abordada nesta publicação.

Desde o estabelecimento do terminal de soja em Santarém, o respeito e o engajamento com a comunidade local é uma realidade. Em parceria com a TNC, a Cargill vem fornecendo assistência aos produtores diretamente nas propriedades rurais da região, também para que estejam em conformidade com o Código Florestal. Esta parceria viabiliza a avaliação de todos os produtores locais para se garantir que cumpram os requisitos legais de conservação. Também estão sendo oferecidos apoios para pequenos produtores locais que cultivam outras culturas. A empresa está construindo relações com a comunidade em geral, apoiando iniciativas locais de grupos comunitários, tais como a reconstrução da biblioteca pública e restauração dos murais da cidade. O terminal de soja de Santarém pode ser visitado pela comunidade, onde é possível esclarecer todas as suas dúvidas.<sup>(22)</sup>

## Código de Agricultura Sustentável Unilever (Sustainable Agriculture Code – SAC)

A Unilever<sup>a</sup>, uma das maiores empresas de bens de consumo do mundo, tem como desafios prementes a reciclagem, o uso consciente da água e a inclusão social. Para os seus fornecedores, desenvolveu o Código de Agricultura Sustentável (SAC), estabelecendo critérios específicos a serem atendidos, com foco na melhoria contínua, agroquímicos e combustíveis, solo, água, biodiversidade, energia, resíduos, capital humano e social, bem-estar animal, cadeia de valor, economia local e treinamentos.

**Através de seu programa de agricultura sustentável, a Unilever busca a proteção e a melhoria da natureza e da biodiversidade, a melhoria e a manutenção da fertilidade do solo, melhores condições de renda e de vida dos agricultores e outros trabalhadores envolvidos, uso eficiente de fertilizantes nitrogenados e que não agridam o meio ambiente, melhoria e proteção da qualidade da água, bem como a sua disponibilidade, além da redução da emissão de GEE.<sup>(23)</sup>**

Com este código, a empresa espera de seus fornecedores e agricultores a adoção de práticas sustentáveis em suas propriedades. Todos os fornecedores de matérias-primas agrícolas devem se comprometer a fazer parte do que a empresa classifica como “jornada da sustentabilidade”, demonstrando a conformidade com padrões mínimos de desempenho e melhoria contínua de seus processos produtivos. O código abarca práticas que todos os fornecedores devem se esforçar para alcançar, estabelecidas como requisitos indispensáveis, boas práticas compulsórias e outras fortemente recomendadas.<sup>(23)</sup>

### Programa Soja Livre – Embrapa

O Brasil assume uma posição de liderança na geração de tecnologia de produção de soja para regiões tropicais. Faz parte de um seleto grupo de produtores com condições de atender aos mercados consumidores que demandam a soja convencional. O Programa Soja Livre<sup>b</sup> nasceu para atender uma necessidade dos produtores do Estado de Mato Grosso que almejam uma maior diversidade de cultivares de soja convencional.

A iniciativa consiste na ampliação da oferta de variedades de soja convencional com alta tecnologia, produtividade, qualidade e características agronômicas adaptadas às necessidades dos produtores de soja, viabilizando diversas escolhas para o plantio da soja. Sendo uma opção técnica e economicamente viável, o cultivo convencional atende hoje a mercados especiais, fortalecendo oportunidades de diferenciação e de agregação de valor à produção e à exportação.

Com o Soja Livre, pretende-se ampliar a oferta de sementes de soja convencional e seu acesso aos produtores, desenvolver e fortalecer parcerias para a transferência de tecnologia de cultivares de soja convencional da Embrapa e, por fim, ampliar a oferta de soja convencional para a indústria processadora.

As ações do programa garantem a manutenção da competitividade do setor e acesso às várias opções tecnológicas por parte dos sojicultores. Também regulam o mercado de forma sustentável, ampliando a independência técnica e econômica do produtor.

O programa é realizado através de parcerias entre vários atores da cadeia produtiva da soja que atuam em diferentes áreas, desde a geração de novas variedades de soja, passando pelo desenvolvimento de sistemas de produção, comercialização, processamento, industrialização, até a exportação.<sup>(24)</sup>

### Agricultura Sustentável – Bunge

A empresa Bunge, presente no Brasil desde 1905, dentre outros processos e produtos, origina e processa grãos de soja e trigo. Mantendo o foco em ações de sustentabilidade, criou e mantém a denominada “Plataforma de Sustentabilidade”, para que os princípios da sustentabilidade sejam colocados em prática no dia a dia em sintonia com toda a sua cadeia de valor. Através desta plataforma, busca disseminar as melhores práticas e a cultura da sustentabilidade entre seus interlocutores, desenvolvendo ações concentradas em quatro pilares estratégicos: agricultura sustentável, mudanças climáticas, dietas saudáveis e redução de resíduos. A companhia também endossa o Programa Soja Plus e participa da Mesa Redonda de Soja Responsável (RTRS).

No tocante à agricultura sustentável, a empresa visa sensibilizar e capacitar produtores rurais para que produzam de forma a diminuir os impactos ambientais ao mesmo tempo em que maximizam o desempenho no uso de recursos naturais. Segundo o Relatório de Susten-

<sup>a</sup> Unilever: [www.unilever.com.br/sustainability](http://www.unilever.com.br/sustainability).

<sup>b</sup> Soja Livre: [www.sojalivre.com.br](http://www.sojalivre.com.br).

tabilidade 2011 da Bunge, em torno de 35 mil produtores se relacionam com a empresa, que propõe minimizar o impacto negativo das atividades rurais e incentivar a produção responsável em quatro frentes: conscientização e sensibilização, capacitação, reconhecimento e sanções. É delineado, em cada uma dessas etapas, um conjunto de ações acompanhadas criteriosamente, objetivando promover a sustentabilidade no campo e em toda a cadeia produtiva.

Na etapa que tem como foco a conscientização e a sensibilização do setor agrícola, a empresa realiza palestras, publicações, programas e parcerias que disseminam o conhecimento técnico agrícola conservacionista, além da legislação para estimular as boas práticas trabalhistas. Foi estabelecida uma parceria com a Embrapa para o desenvolvimento da tecnologia sobre Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), programas de divulgação do conhecimento e o lançamento de cartilhas para a ampliação da discussão sobre a sustentabilidade entre todos os atores envolvidos, de produtores a consumidores finais.

A iLPF é uma técnica que consiste em combinar árvores e lavouras (grãos, fibras e oleaginosas) com pastagens, de maneira integrada, diversificando a produção através do manejo integrado dos recursos naturais. O resultado se traduz em benefícios econômicos e ambientais, seja para os produtores, seja para toda a sociedade que é menos impactada pelo uso desta técnica. A tecnologia permite a redução dos impactos ambientais, principalmente em ambientes com biodiversidade restrita, como grandes áreas de monoculturas. Paralelamente, contribui com a geração de emprego e renda, com melhoria da qualidade de vida do campo e com a redução da degradação, recuperando a capacidade produtiva do solo. Respeitando as características de cada região, a iLPF pode ser aplicada em todos os biomas brasileiros.

Para promover maior adesão à legislação, contribuir para a preservação ambiental e ampliar a qualidade da produção, a etapa de capacitação realiza programas, eventos e publicações que objetivam estimular e informar sobre a melhor forma de utilização dos insumos e dos recursos não renováveis, destacando conceitos, vantagens e práticas de agricultura sustentável que podem ser facilmente adotados. Já para estimular a adoção de novas práticas, a continuidade do processo e atrair novas adesões, são realizados os Dias de Campo que reúnem agricultores para discutir e divulgar novas tecnologias, reforçar parcerias e apresentar os resulta-

dos (etapa intitulada “reconhecimento”) obtidos com a utilização correta dos insumos.<sup>(25)</sup>

Para evitar práticas abusivas em relação à legislação ambiental e trabalhista, a companhia também impõe rigorosos critérios nos contratos firmados com seus fornecedores, parte da ação reconhecida como “sanções”.

**Só em 2010, o sistema de controle da Bunge bloqueou 64 agricultores por uso de trabalho penoso – análogo ao escravo –, cinco fornecedores da safra 2010 por descumprimento à Moratória da Soja e mais 72 no início de 2011, além de 1.873 agricultores identificados pelo controle do IBAMA por irregularidades ambientais. Segundo a empresa, atualmente não há operações identificadas como de risco significativo relacionado ao trabalho infantil ou forçado.<sup>(26)</sup>**

Por fim, a Bunge, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), também disponibiliza uma cartilha<sup>a</sup> de Responsabilidade Ambiental na Produção Agrícola com foco no Bioma Cerrado, para auxiliar os produtores rurais a legalizarem suas atividades agrícolas e florestais com a adoção das melhores práticas agropecuárias.

### **Iniciativa “Do Campo ao Mercado” - Instituto para o Agronegócio Sustentável (ARES) e Embrapa**

O programa Do Campo ao Mercado<sup>b</sup> é uma iniciativa voltada à criação de indicadores destinados à avaliação da sustentabilidade dos processos produtivos, orientando a tomada de decisão para a melhoria contínua. Os denominados “Indicadores do Campo ao Mercado” têm, também, o propósito de embasar políticas públicas e privadas para o setor, assim como orientar investimentos.

Nesse contexto, a consolidação de indicadores sistêmicos de sustentabilidade busca constituir uma ferramenta que viabilizará uma melhor compreensão dos fatores limitantes à eficiência dos processos, permitindo que os agentes das diversas cadeias produtivas possam agir de forma coordenada e construir um novo paradigma para a sustentabilidade.

<sup>a</sup> Responsabilidade Ambiental na Produção Agrícola – Bunge: [www.bunge.com.br/downloads/sustentabilidade/cartilha\\_RA.pdf](http://www.bunge.com.br/downloads/sustentabilidade/cartilha_RA.pdf)

<sup>b</sup> Do Campo ao Mercado: [http://www.institutoares.org.br/ares\\_projetos.html](http://www.institutoares.org.br/ares_projetos.html)

Com a estruturação e a consolidação dos indicadores da cadeia produtiva de fibras, alimentos e bioenergia, espera-se obter resultados como: melhoria contínua da gestão econômica, social, ambiental e tecnológica dos processos produtivos; melhoria da governança das cadeias produtivas; interação com a sociedade sobre bases consistentes de informação; melhoria da efetividade dos investimentos e orientação para a formulação de políticas públicas e privadas voltadas ao setor.<sup>(27)</sup>

## Programa de Aplicação Responsável (PAR)

Desenvolvido em parceria entre a Universidade Estadual Paulista (UNESP/Botucatu), APROSOJA, profissionais da empresa Dow AgroSciences e outras entidades, o PAR busca levar informações e técnicas para melhorar a qualidade no manejo de produtos agrícolas. Tem como foco os produtores e operadores de equipamentos de pulverização.

Com uma orientação dirigida a estes profissionais, são disseminadas técnicas para se evitar a utilização incorreta dos produtos agrícolas, além de capacitá-los tecnicamente nos processos de pulverização. Inclui, adicionalmente, orientações sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e o uso correto e seguro de defensivos. De acordo com especialistas, são medidas de segurança focadas na preservação do meio ambiente e, também, de saúde e segurança do trabalhador.<sup>(28)</sup>

Cada ação do programa envolve palestras sobre o uso de EPI e descarte de embalagens, qualidade na aplicação, condições climáticas adequadas, além de atividades teóricas e práticas sobre inspeção periódica de pulverizadores e redução do risco de deriva.<sup>(29)</sup>

## Programas de Boas Práticas Agrícolas

### Emater

Presente em diversos estados brasileiros, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) desenvolve, em parceria com outras entidades, programas de boas práticas agrícolas visando disseminar conceitos básicos sobre:

- Sistemas de produção para uma agricultura sustentável e ecologicamente segura;
- Produtos inócuos e de maior qualidade;
- Segurança alimentar, aumentando o acesso aos mercados e melhorando a geração de renda, condições de trabalho e de vida dos produtores e suas famílias.

Um exemplo importante desses programas vem da Emater do Distrito Federal<sup>a</sup>, com apoio da Secretaria de Agricultura e de outros institutos de pesquisa, como a Embrapa. Com a realização de eventos denominados “Dia de Campo”, dirigidos aos produtores, busca-se apresentar e discutir todos os temas e desafios para que se possa avançar nas questões do alimento seguro, do acesso à tecnologia e do respeito ao meio ambiente. Ademais, assuntos como colheita e classificação dos produtos, aspectos agrônômicos, conservação de máquinas, equipamentos e utensílios, práticas conservacionistas e aspectos ambientais são amplamente abordados durante esses encontros.<sup>(30)</sup>

## Manual de Boas Práticas Agrícolas Socioambientais no Agronegócio – Rabobank

O Rabobank disponibiliza um manual de boas práticas socioambientais no agronegócio, versando de maneira sistemática sobre os critérios para se atingir a sustentabilidade no agronegócio e sobre como adequar as propriedades rurais à legislação. O manual aborda enfaticamente duas vertentes principais: legislação trabalhista e legislação ambiental.

Sobre a legislação trabalhista, o manual provê informações que permeiam os seguintes temas: contratação de mão de obra, jornada de trabalho, remuneração, documentos necessários à admissão, normas de segurança e medicina no trabalho, alojamentos, instalações sanitárias, refeitório, lavanderias, transporte de trabalhadores, infraestrutura básica para o trabalhador rural e sua família, uso de EPI, Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Previdência Social, fiscalização, trabalho infantil e discriminação no trabalho.

Além dessas informações, o manual provê listas de verificação para que o produtor realize um diagnóstico socioambiental de sua propriedade envolvendo os aspectos trabalhistas e ambientais; descreve as condições em que o proprietário poderá sofrer multas trabalhistas e ambientais; propõe sistemáticas para a definição de planos de ação corretiva baseados em prioridades identificadas; provê diretrizes para a elaboração de política socioambiental da propriedade; e, finalmente, apresenta uma síntese das legislações aplicáveis em cada região, apontando as respectivas licenças ambientais, outorgas para uso de recursos hídricos, poços tubulares e irrigação.<sup>(31)</sup>

<sup>a</sup> Emater-DF: [www.emater.df.gov.br](http://www.emater.df.gov.br).

Interessados em acessar este documento podem visitar o sítio eletrônico do Rabobank<sup>a</sup>.

## Syngenta – Projetos Socioambientais

A Syngenta é uma empresa de nível global que oferece soluções e produtos para toda a cadeia de alimentos, tais como defensivos agrícolas, sementes e controle de pragas urbanas. Guia-se pela convicção de que a criação de valores depende da integração bem sucedida entre os negócios e o desempenho socioambiental. Está inserida nos principais índices financeiros que mensuram a contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável.

A empresa dispõe de um grande conjunto de projetos socioambientais que objetivam levar informação, tecnologia e novas oportunidades para milhares de agricultores em todo o mundo, priorizando o respeito ao meio ambiente e às pessoas. Alguns dos projetos desenvolvidos no Brasil são destacados a seguir.

**Projeto Cultivar e Guardar:** realizado com iniciativa da APROVALE, associação que reúne os produtores rurais do Vale do Pamplona (GO), com o objetivo de criar normas para a implantação de um programa ambiental completo que atenda às necessidades dos produtores agrícolas, do mercado e da preservação ambiental. O Vale do Pamplona compreende as cidades de Cristalina e Luziânia e é conhecido pela riqueza dos seus recursos naturais, sobretudo a água para irrigação. O projeto Cultivar e Guardar busca levar aos agricultores da região uma série de práticas que possibilitam a

obtenção de certificações ambientais, agregando valor ao produto final por meio da inserção da sustentabilidade socioambiental na produção. São realizados treinamentos para os produtores rurais, contemplando os meios corretos e seguros de utilização de defensivos agrícolas, além do que existe de mais moderno em termos de agrotecnologia. Neste programa, a Syngenta atua em parceria com a Aliança da Terra, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-GO), Goiás Verde Alimentos, SLC Agrícola, Prefeitura Municipal de Cristalina, Universidade Estadual de Goiás, Rotary Club de Luziânia, SEMARH-LUZ e CAT-Luziânia.

### A Syngenta adota as seguintes premissas nos locais onde opera:

- Manter um alto padrão de ética em todos os negócios;
- Contribuir para a agricultura sustentável na produção de alimentos saudáveis e na conservação da biodiversidade;
- Promover uma prática segura, saudável e recurso eficiente para a produção, manuseio e descarte de produtos;
- Implementar altos padrões de gerenciamento para o uso seguro, efetivo e ambientalmente consciente dos produtos;
- Promover e apoiar fornecedores e clientes na adoção de padrões de responsabilidade similares;
- Valorizar e respeitar os talentos diversos e o potencial de criação de seus funcionários;
- Fazer contribuições positivas nas comunidades onde opera;
- Procurar e responder aos *feedbacks* de seus acionistas.

### Projeto Destinação de Embalagens Vazias dos Defensivos Agrícolas:

com a participação da Syngenta, em 2001 foi criado o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), uma ação fundamental para colocar o Brasil entre os países que melhor tratam a questão das embalagens vazias de defensivos agrícolas. O inpEV trouxe diretrizes claras sobre o destino final desse tipo de embalagem, dividindo a responsabilidade pelo descarte correto entre todos os atores envolvidos na produção agrícola no Brasil: agricultores, distribuidores, indústrias e poder público. Estabeleceu-se que o produtor agrícola tem até um ano a partir da data da compra para entregar a embalagem no local indicado na nota fiscal do produto. Dependendo da região, postos itinerantes

são montados para receber o material, facilitando a colaboração do agricultor. Essas embalagens podem ser recicladas, por exemplo, gerando produtos utilizados na construção civil e contribuindo para o aumento do ciclo de vida dos materiais.

**Projeto EPI:** criado para disseminar a importância da utilização de equipamentos de proteção individual e visando ao incentivo do seu uso, a empresa estabeleceu uma política de distribuição que inclui a definição de

<sup>a</sup> Manual de Boas Práticas Socioambientais no Agronegócio (Rabobank): [www.rabobank.com.br/pdfs/manual\\_boaspraticas.pdf](http://www.rabobank.com.br/pdfs/manual_boaspraticas.pdf)

cotas anuais para as revendas e as cooperativas que comercializam os produtos da Syngenta. Sem lucro para a empresa, são comercializados anualmente cerca de 50 mil kits de EPI.

**Projeto Lucas do Rio Verde Legal:** a meta deste projeto é transformar Lucas do Rio Verde – MT no primeiro município brasileiro a ter todas as suas 680 propriedades rurais ambientalmente regularizadas conforme o Código Florestal. A primeira etapa foi o mapeamento de toda a área do município e os resultados estão sendo entregues aos proprietários rurais em forma de dossiês sobre cada uma das propriedades. Com base neste mapeamento, serão levantadas as melhores opções para a regularização de Reservas Legais (RL) e Áreas de Proteção Permanente (APP). Neste projeto, a Syngenta atua em parceria com a prefeitura do município, a TNC, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a Fundação Rio Verde, o Ministério Público Estadual, a Sadia, o Instituto Sadia de Sustentabilidade e a Fiagril. O papel da empresa neste projeto é fornecer o diagnóstico das práticas de uso correto dos defensivos agrícolas, implementando também processos e treinamentos que melhorem a segurança na agricultura e promovam uma produção agrícola sustentável.

**Projeto Mata Ciliar:** iniciado em 2004 pela empresa, tem como propósito recuperar a vegetação que fica às margens de rios, córregos, lagos, represas e nascentes, utilizando-se do plantio de espécies nativas no Estado do Paraná. A revitalização dessas áreas passa por um trabalho de conscientização dos agricultores sobre a necessidade da manutenção da mata ciliar, destacando a sua importância para garantir a qualidade da água, bem como a preservação do meio ambiente. Para tanto, são realizados os “Dias de Campo” que reúnem os trabalhadores rurais, em que a empresa doa mudas de árvores nativas fornecidas pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). O projeto é desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Paraná, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Emater e Secretaria de Agricultura e Abastecimento (PR).

**Programa de Segurança Prós:** criado em 1990, o Projeto Prós realiza treinamentos para distribuidores e agricultores com foco no manuseio seguro de defensivos agrícolas. A iniciativa tem o propósito de viabilizar a produção de alimentos saudáveis, sempre com segurança para o homem do campo, para o consumidor e para o meio ambiente. São atividades realizadas pelos agrônomos da Syngenta, que dedicam parte das reuniões técnicas realizadas em todo o país para discorrer sobre o “uso correto e seguro” dos defensivos agrícolas. Dentro desta temática, são abordados assuntos como o uso correto de EPI, o armazenamento de produtos, o transporte e

manuseio de produtos fitossanitários, a tecnologia de aplicação, a destinação adequada das embalagens vazias e os cuidados com a preservação do meio ambiente.

**Projeto Segurança e Solidariedade:** fruto da parceria entre a Syngenta, seus distribuidores e fabricantes de EPI, a iniciativa visa à proteção da saúde dos trabalhadores que atuam na aplicação de defensivos agrícolas ao mesmo tempo em que destina recursos a entidades beneficentes. É um projeto que une o compromisso da empresa com o bem-estar do trabalhador rural à colaboração com entidades assistenciais. A parceria destina valores proporcionais às vendas de conjuntos de EPI em benefício das entidades beneficentes indicadas pelos distribuidores da Syngenta participantes do projeto.

**Projeto Escola no Campo:** executado desde 1991, por meio da parceria entre a Syngenta e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, o projeto objetiva formar novas gerações de agricultores conscientes sobre a necessidade de se preservar o meio ambiente e a utilização de tecnologia para a produção de alimentos mais saudáveis. No contexto deste projeto, desenvolveu-se um programa didático que é utilizado nas escolas rurais, com a participação ativa dos professores, que inserem conteúdos educativos do projeto na grade curricular das séries atendidas. Os jovens são estimulados a transmitir o que aprendem para as suas famílias e para a sociedade em que vivem. Desta forma, o projeto também assume um importante papel na conscientização dos adultos sobre os conceitos da agricultura sustentável, fazendo desta uma atividade que atenda às necessidades presentes sem haver o comprometimento da capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades.

A Syngenta dispõe de outros projetos socioambientais, como: Leis de Incentivo, Mais Feijão, Horti e Fauna, que podem ser acessados no sítio eletrônico<sup>a</sup> da empresa.<sup>(32)</sup>

## Grupo André Maggi – Sustentabilidade

O Grupo André Maggi tem como principais atividades a produção agrícola e de sementes de soja, origemação, processamento e comercialização de grãos, fertilizantes, energia, administração portuária e transporte fluvial.

Com a missão de contribuir com o desenvolvimento do agronegócio agregando valores, respeitando o meio ambiente e melhorando a vida das comunidades, o grupo assumiu os compromissos ambientais Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS), a Moratória da Soja e faz

<sup>a</sup> Syngenta: [www.syngenta.com.br](http://www.syngenta.com.br).

parte do Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade (GRES).

Entendendo que a gestão ambiental na atividade agrícola se configura como o caminho mais adequado para a implantação de sistemas produtivos sustentáveis, baseados no cumprimento da legislação, na redução da poluição e nas boas práticas agrícolas, o Grupo elaborou e disponibilizou um Guia de Práticas Sustentáveis que se propõe a estender alguns princípios ambientais, sociais e de segurança que norteiam a busca do desenvolvimento sustentável para todos os seus parceiros. Desta forma, procura fomentar a produção responsável, por meio de orientação aos produtores, abordando temas como: agricultura sustentável, gestão ambiental (boas práticas agrícolas e integração lavoura/pecuária), defensivos (armazenamento, transporte e aplicação), gerenciamento de embalagens vazias, depósitos (combustíveis, fertilizantes e biomassa), gerenciamento de resíduos, Áreas de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), área da Amazônia Legal, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), legislação (licenciamento ambiental, Cadastro Técnico Federal e Ato Declaratório Ambiental), MT Legal, Queimadas, entre outros. O Guia pode ser encontrado no sítio eletrônico do Grupo André Maggi<sup>a</sup>.

O Grupo André Maggi também investe em atividades de pesquisa e desenvolvimento, estreitando relações com a comunidade científica e contribuindo para aprimorar a competitividade no mercado internacional. O projeto Savanização, por exemplo, estuda os efeitos das queimadas nas áreas de transição entre a floresta e o cerrado. Objetiva identificar e quantificar as variáveis que controlam o comportamento do fogo em florestas de transição da Amazônia, além de identificar de que forma a intensidade e a frequência dos incêndios podem alterar permanentemente a Floresta Amazônica. É um proje-

to desenvolvido numa área de 300 hectares disponibilizada pelo Grupo, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em parceria com o campus da Unemat de Nova Xavantina – MT, ESALQ/USP, Museu Paraense Emilio Goeldi, Universidade Federal do Pará, as americanas *University of Florida*, *Yale University* e a inglesa *RainFor – Oxford University*.

As seguintes diretrizes estratégicas embasam o programa:<sup>(33)</sup>

- Veto à utilização de trabalho degradante;
- Veto à utilização de trabalho infantil;
- Compromisso de não interferência com áreas indígenas;
- Compromisso de não interferência com Unidades de Conservação;
- Compromisso de não produzir em áreas embarcadas (SEMA-MT e IBAMA);
- Compromisso de não produzir em áreas desmatadas após Julho de 2006 no bioma amazônico (Moratória da Soja).

Outras ações socioambientais de grande relevância desenvolvidas pelo Grupo André Maggi podem ser acessadas por meio de seus relatórios anuais de sustentabilidade<sup>b</sup>.

## Fiagril – Projetos Socioambientais

Atuante no Estado de Mato Grosso, a Fiagril é uma empresa fornecedora de agrodefensivos, fertilizantes, sementes e assistência técnica especializada para os cultivos de soja, milho, algodão, sorgo, feijão e arroz. Também é fabricante de biodiesel originado de sebo animal ou de óleos vegetais, como soja, algodão, girassol, mamona, gergelim, pinhão-manso, amendoim, dendê, entre outros.

Com início da produção de biodiesel em 2008, a empresa passou a adquirir parte da matéria-prima diretamente de 400 famílias assentadas em nove municípios da região de Lucas do Rio Verde – MT (onde fica a sede da empresa), ampliando seu leque de ações focadas no respeito ao meio ambiente e na responsabilidade social. É uma

**Para o Grupo André Maggi, as práticas de sustentabilidade, questões ambientais, trabalhistas e sociais devem ser preocupações de todos aqueles que integram a cadeia produtiva. Assim, o Grupo estabelece um programa de qualificação da cadeia de fornecimento da soja que busca promover a produção agrícola responsável, estimulando os produtores a manejar suas lavouras a partir dos conceitos de boas práticas agrícolas e de sustentabilidade. Objetiva, com isto, interagir com esses produtores, induzindo uma melhoria gradativa nos níveis de enquadramento legal e nos padrões de desempenho socioambiental.**<sup>(33)</sup>

<sup>a</sup> Guia de Práticas Sustentáveis (Grupo André Maggi): [www.grupoandremaggi.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Guia\\_praticas\\_sustentaveis.pdf](http://www.grupoandremaggi.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Guia_praticas_sustentaveis.pdf).

<sup>b</sup> Publicações do Grupo André Maggi: [www.grupoandremaggi.com.br/?cat=10](http://www.grupoandremaggi.com.br/?cat=10).

empresa parceira e patrocinadora do Programa Lucas do Rio Verde Legal, que visa regularizar os passivos ambientais, sanitários e trabalhistas das propriedades rurais.

Seu compromisso socioambiental é contribuir para o desenvolvimento sustentável, seja por meio de tecnologias e de modernos processos de gestão do ciclo produtivo, seja por meio de iniciativas e projetos que estimulem as boas práticas em campo.

Juntamente com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), a Agência de Desenvolvimento Socioeconômico Médio Norte (ADSEMN) e o Sicredi, parceiros imbuídos do mesmo propósito, a Fiagril desenvolveu o projeto “De Olho no Óleo”, que objetiva reciclar óleo de cozinha para a produção de biodiesel e, assim, também contribuir com a preservação do meio ambiente e com a educação ambiental. A iniciativa busca atingir escolas, residências, estabelecimentos comerciais e industriais do município de Lucas do Rio Verde - MT, para disseminar a consciência sobre a necessidade de mudança de atitude e promover a forma correta de armazenar e recolher o resíduo de óleo saturado.

Em parceria com a Syngenta, a Fiagril também desenvolveu um Manual de Boas Práticas Ambientais, disponível para acesso no seu sítio eletrônico<sup>a</sup> versando sobre agrotóxicos ilegais, destinação final de embalagens, segurança do trabalhador e gestão ambiental.<sup>(34)</sup>

A Fiagril é fomentadora e patrocinadora de projetos como:

**EPI Solidário:** projeto que promove a importância da aquisição de equipamentos de proteção para o aplicador de agroquímicos, ao mesmo tempo em que destina parte dos recursos para entidades beneficentes;

**Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti):** convênio de apoio socioeducativo que abriga cerca de 80 crianças e jovens de até 15 anos;

**Patrocínio Esportivo:** patrocina equipes representantes dos municípios da área de atuação da empresa em competições estaduais e nacionais;

**Projeto piloto Agro Amigo do Barracão:** de cunho social, tem o propósito de integrar empresa, produtores e comunidades; pretende se estender a todos os municípios da área de atuação da Fiagril.<sup>(35)</sup>

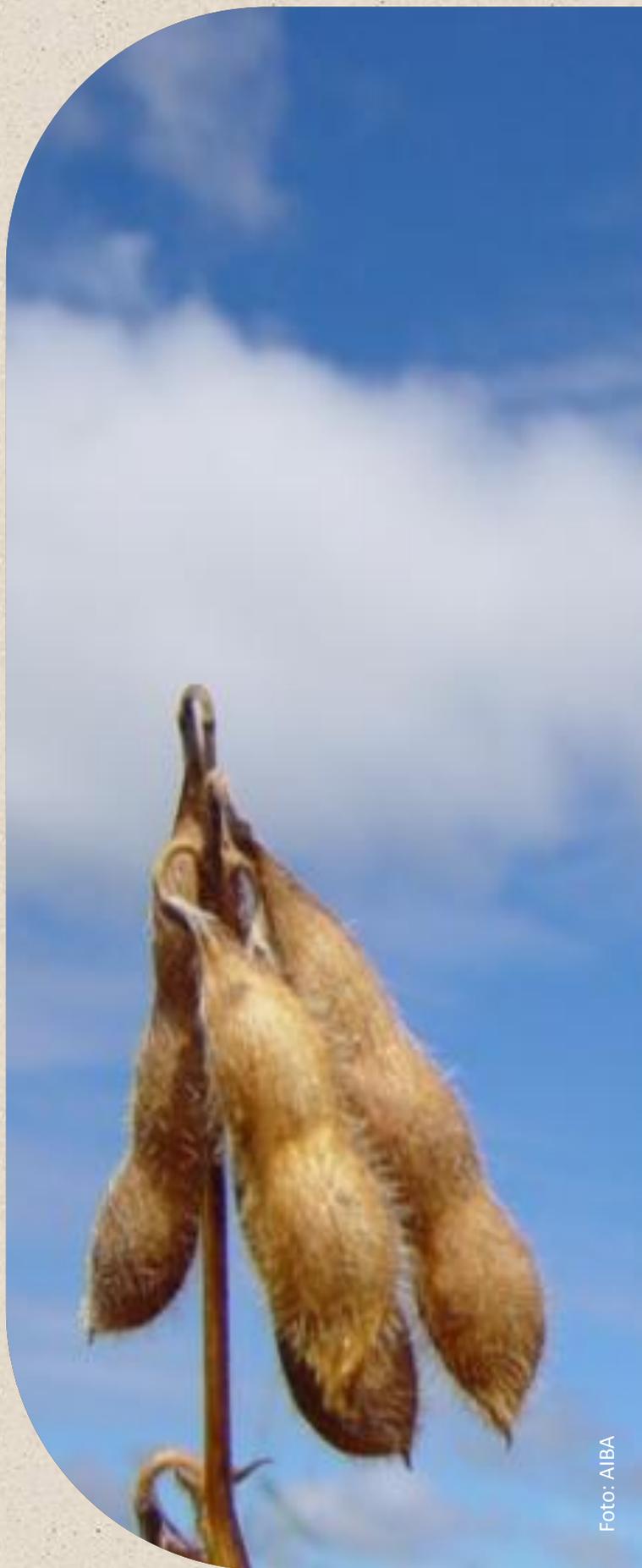


Foto: AIBA

<sup>a</sup> Fiagril: [www.fiagril.com.br/revistas/manual/meioambiente](http://www.fiagril.com.br/revistas/manual/meioambiente)

## ADM – Programa Produzindo Certo e outros Compromissos

A ADM (*Archer Daniels Midland Company*) é uma empresa que processa e distribui oleaginosas, trigo, cacau, milho, cana-de-açúcar e palma em suas diversas plantas de processamento, misturadoras de fertilizantes, portos e silos. Com 265 plantas, está presente em 75 países, transformando estes insumos em produtos para alimentação, ração animal e biocombustíveis. Em 1997 a ADM iniciou suas operações no Brasil, onde a produção, processamento e venda se concentram em produtos como a soja, cacau, trigo, fertilizantes, ingredientes para nutrição animal, biocombustíveis e produtos químicos.

Alguns compromissos de destaque assumidos pela ADM revelam sua responsabilidade como parte influente da cadeia produtiva agrícola. A empresa não comercializa grãos produzidos em áreas embargadas pelo IBAMA, bem como não negocia a venda de insumos ou concede financiamentos para negócios localizados nestas áreas. Sincronicamente, a ADM é signatária do compromisso Moratória da Soja, atendendo, assim, a demanda do mercado internacional pela soja responsável, não associada ao desmatamento do bioma amazônico.

Outro importante compromisso firmado pela ADM desde 2007 é o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. A empresa não negocia com clientes ou fornecedores cujos nomes constam na Lista do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho.<sup>(78)</sup> Este pacto é um acordo entre empresas e entidades privadas para extinguir qualquer possibilidade de uso de mão de obra escrava na cadeia produtiva. Desta forma, visa à formalização das relações de trabalho de todos os fornecedores das organizações comprometidas, implicando no cumprimento das obrigações previdenciárias, assistência à saúde e garantias de segurança ao trabalhador.<sup>(79)</sup>

Considerado pela ADM a sua mais importante iniciativa no Brasil para o desenvolvimento de uma cadeia de suprimento sustentável para a soja, o Programa Produzindo Certo foi desenvolvido em parceria com a ONG Aliança da Terra<sup>a</sup>, visando incentivar práticas mais sustentáveis de cultivo da soja brasileira. Estas práticas buscam reduzir os impactos ambientais associados ao cultivo, além de assegurar boas condições de trabalho para os funcionários das propriedades.

O Programa Produzindo Certo se inicia com uma visita dos técnicos da Aliança da Terra à propriedade para mapeá-la. São analisadas as operações agrícolas, identificados os pontos positivos e levantadas áreas que eventualmente necessitem de melhorias. A partir desta avaliação, as informações geradas são utilizadas para a elaboração de um Diagnóstico Socioambiental da propriedade, que é disponibilizado ao produtor.<sup>(78)</sup>



Foto: AIBA

Numa segunda etapa, elabora-se um Plano de Ação de melhorias, no qual são oferecidas orientações e proposições técnicas de como minimizar os aspectos negativos e promover práticas mais sustentáveis de produção agrícola. O cumprimento do Plano de Ação é verificado anualmente pela Aliança da Terra, que volta à propriedade para avaliar o seu nível de desempenho e progresso frente às direções traçadas no plano.<sup>(78)</sup>

<sup>a</sup> Aliança da Terra: <http://www.aliancadaterra.org.br>

# COMPROMISSOS E ACORDOS

Os compromissos e/ou acordos são iniciativas que visam à adoção de práticas para a promoção da sustentabilidade na cadeia produtiva agrícola. Dentre os objetivos socioambientais e econômicos determinados por esses instrumentos de consenso entre governos, organizações da sociedade civil, empresas, produtores e demais agentes do setor, tem-se o estabelecimento de princípios e regras a serem internalizadas pelo sistema para que se usufrua plenamente de suas potencialidades produtivas e operacionais, com total respeito ao meio ambiente e às pessoas. Alguns desses compromissos e acordos são discutidos a seguir.

## Critérios da Basiléia (*Basel Criteria* – BC)

Os Critérios da Basiléia (BC) para a produção responsável da soja foram desenvolvidos pela consultoria ProForest<sup>a</sup>, como parte da cooperação entre o Instituto WWF da Suíça e o varejista suíço Coop Switzerland. Abordam questões como a conformidade legal e ambiental, a conversão de florestas para outros usos e os direitos dos trabalhadores.<sup>(36)</sup>

Os critérios<sup>b</sup> foram lançados em agosto de 2004, impulsionando o desenvolvimento de padrões certificáveis e acordos internacionais para a produção responsável da soja. O BC objetivou prover uma definição operacional de produção adequada da soja, a ser utilizada tanto por varejistas individuais como por produtores. Três objetivos basearam o desenvolvimento dos critérios:

- O fornecimento de uma definição operacional para a produção da soja ambiental, social e economicamente responsável;
- A viabilização da compra de soja proveniente de propriedades responsabilmente administradas;
- A contribuição para o desenvolvimento de critérios internacionalmente aplicáveis e aceitos, voltados à produção sustentável de soja, por meio de um processo que inclua diversos interessados e que seja fruto de uma negociação internacional de mesa redonda sobre soja sustentável.

<sup>a</sup> ProForest: [www.proforest.net](http://www.proforest.net).

<sup>b</sup> Interpretação brasileira dos Critérios da Basiléia:

[www.proforest.net/objects/publications/Basel%20Criteria%20%20port.pdf](http://www.proforest.net/objects/publications/Basel%20Criteria%20%20port.pdf).

A maneira como os critérios foram elaborados permite a aplicação em quaisquer produções de soja, em todas as escalas e em qualquer região do mundo.<sup>(37)</sup>

A produção responsável da soja, segundo o BC, deverá ser fundamentada no princípio da sustentabilidade, que requer o adequado equilíbrio entre as gestões econômica, social e ambiental. Deve-se considerar, adicionalmente, a questão da possibilidade do rastreamento dos produtos, para que os compradores tenham certeza de que estão comprando produtos em conformidade com o padrão.

A abrangência do BC contempla os aspectos de conformidade com a legislação pertinente; de gestão técnica e produção; de gestão ambiental; de gestão social; de melhoria contínua e de possibilidade de rastreamento. A verificação de atendimento ao padrão BC é realizada por organismos independentes.<sup>(37)</sup>

## Iniciativa Holandesa de Comércio Sustentável (*Initiatief Duurzame Handel* – IDH)

Um exemplo que bem ilustra a fase de transição para a sustentabilidade na produção da soja é dado pela IDH<sup>c</sup>. Esta iniciativa holandesa busca, até o ano de 2015, utilizar-se de soja 100% responsável na produção de alimentos. A Holanda é o segundo maior comprador de produtos de soja brasileiros, ficando atrás apenas da China.<sup>(38)</sup>

Os programas da IDH objetivam tornar as cadeias produtivas internacionais mais sustentáveis, trabalhando no sentido de combater as deficiências sociais, ambientais e econômicas de setores como o da soja, nos países em desenvolvimento. São conduzidos por ações conjuntas de melhorias do setor, incluindo governos, setor privado, sindicatos e organizações não governamentais, a fim de contribuir para os Objetivos do Milênio (ODM) no que se refere à pobreza, à fome, ao meio ambiente e ao comércio justo. Por meio de um alinhamento entre os interesses públicos e privados, unindo forças e conhecimento, os programas da IDH ajudam a tornar a sustentabilidade uma nova norma. Dessa forma, os compromissos buscam elevar o setor da soja a um nível de responsabilidade institucionalizada.<sup>(39)</sup>

A IDH acelera e desenvolve o comércio sustentável através da construção de grupos de alta influência entre as grandes multinacionais, organizações da sociedade civil, governos e outras partes interessadas.<sup>(39)</sup> No cenário da soja, a IDH estimula a sua produção e comércio sob os

<sup>c</sup> IDH: <http://www.idhsustainabletrade.com>.

critérios de certificação estabelecidos pela Associação Internacional de Soja Responsável, conhecida também por Mesa Redonda da Soja Responsável (*Round Table on Responsible Soy - RTRS*), que será mais detalhada na seção sobre certificações socioambientais. A RTRS é uma organização suíça, fundada em 2006 por diversas entidades envolvidas na cadeia de valor da soja. Além da Holanda, outros países europeus também firmaram compromissos baseados na RTRS, como a Bélgica, o Reino Unido, a Dinamarca e a Suécia.

Com o intuito de criar mais incentivos para os produtores de soja, a IDH também se une aos bancos internacionais e locais, além das organizações locais de produtores. Juntos, trabalham para aumentar o acesso preferencial a melhores linhas de financiamento e aos serviços agrícolas para produtores que atuam em conformidade legal e são certificados.<sup>(39)</sup>

O Fundo de Via Rápida para a Soja, criado pela IDH, apoia a adequação dos sojicultores na América do Sul para o atendimento dos critérios exigidos pela certificação RTRS. São encaminhados investimentos privados aos produtores para a realização de treinamentos em boas práticas agrícolas.<sup>(40)</sup> Esses investimentos vêm para viabilizar o aperfeiçoamento necessário à obtenção da certificação RTRS, tanto da produção agrícola, como da respectiva cadeia de suprimentos.

De acordo com especialistas, iniciativas de suporte aos produtores, como a do governo holandês e da IDH, são importantíssimas nesta fase inicial, uma vez que promoverão a adequação técnica aos critérios da RTRS, potencializando ganhos de eficiência produtiva e redução nos custos de produção. O grande desafio fica por conta da conscientização dos produtores de que a certificação não só é uma oportunidade de mercado, mas também de gestão social, ambiental e técnica das propriedades.<sup>(38)</sup>

## Moratória da Soja

Outro exemplo de grande relevância no contexto da soja brasileira é a Moratória da Soja, dada por um programa de governança, ou acordo, que objetiva não comercializar ou financiar a soja de safra proveniente de áreas desmatadas dentro do bioma amazônico. Instituído em 24 de julho de 2006, foi novamente renovado até 31 de janeiro de 2013 pelo Grupo de Trabalho da Soja (GTS), formado pelas empresas associadas à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)<sup>a</sup> e à

<sup>a</sup> ABIOVE – Moratória da Soja:  
[www.abiove.com.br/ss\\_moratoria\\_br.html](http://www.abiove.com.br/ss_moratoria_br.html).

Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Banco do Brasil e organizações da sociedade civil (Conservação Internacional, IPAM, Greenpeace, TNC e WWF-Brasil).

É um compromisso que vem atendendo às demandas de consumidores internacionais por uma soja responsável, não produzida em áreas de desmatamento do bioma amazônico. Em 2008, em função dos ótimos resultados obtidos, o programa abarcou a adesão do Governo Federal (através do MMA) e, o que era para perdurar apenas dois anos, tem sido renovado recorrentemente. Clientes europeus, como Ahold, ASDA, Carrefour, Cooperative, Kraft, Marks & Spencer, McDonald's, Nutreco, Ritter-Sport, Sainsbury's, Waitrose e Walmart, além da própria sociedade civil, reconheceram o pacto, apoiando a evolução positiva do trabalho desenvolvido.<sup>(41)</sup>

Como parte da operacionalização da Moratória da Soja, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) identifica as áreas desmatadas por imagens de satélites. São também realizados sobrevoos para identificação do uso e da ocupação do solo. Culturas de soja produzidas nas áreas desmatadas da Amazônia são excluídas da demanda do mercado, sofrendo um boicote dos compradores, em favor do meio ambiente. Consequentemente, apenas a soja de cultivo responsável é aceita pelo mercado.

**A Moratória da Soja propõe o fim da compra de grãos de soja de áreas plantadas onde houve corte e queima ilegal da floresta a partir de julho de 2006. Participantes da Moratória, portanto, demonstram repúdio às produções de soja que desrespeitam leis ambientais, trabalhadores e populações locais, priorizando aquelas que seguem os padrões socioambientais responsáveis. O objetivo da Moratória é diminuir e, futuramente, acabar de vez com a devastação ilegal da Amazônia para fins agrícolas, comprovando que, com o apoio da sociedade, é possível unir desenvolvimento e sustentabilidade.<sup>(42)</sup>**

## Diretiva de Energia Renovável da União Europeia (EU-RED)

Em 2009, a União Europeia (UE) lançou a Diretiva de Energia Renovável<sup>a</sup> com metas ambiciosas para seus estados membros. A Diretiva estabelece como cada um dos países deve colaborar para atingir a meta de 20% de energia renovável, até 2020, do total de energia utilizada pelos estados membros. Para os biocombustíveis, a Diretiva apresenta critérios de sustentabilidade a serem atendidos para que sejam considerados fontes energéticas sustentáveis e, por conseguinte, fontes contabilizadas nessa meta.<sup>(43)</sup>

A UE, ao garantir que os seus países assumam os critérios de sustentabilidade, busca limitar a expansão dos biocombustíveis que não gerem economias líquidas de emissões de GEE, que impactem negativamente o meio ambiente, a biodiversidade ou o uso do solo. Esses critérios são subdivididos em 12 aspectos: Legalidade; Direitos Humanos e Trabalhistas; Segurança Alimentar Local; Emissões de Gases de Efeito Estufa; Direitos Fundiários; Desenvolvimento Rural e Social; Planejamento, Monitoramento e Melhoria Contínua; Conservação; Uso de Tecnologia; Insumos e Gestão de Resíduos, Água, Solo e Ar.

Com base na Diretiva, a UE passou a encorajar as organizações fornecedoras a adotarem esquemas voluntários de certificação dos biocombustíveis produzidos sob os critérios de sustentabilidade socioambiental. Consequentemente, as organizações poderão comprovar através de esquemas de certificação reconhecidos, as origens dos biocombustíveis e o atendimento dos preceitos

de sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. Cada país comprador de biocombustível certificado, assim, proverá sua parcela de contribuição para a meta de 20% da UE de uso de energia com origem renovável.



Foto: AIBA

Em julho de 2011, a UE anunciou os sete primeiros esquemas de certificação aprovados pelos cinco anos seguintes, autorizando a emissão de certificados para produtos que atendam aos critérios da Diretiva. São eles:<sup>(43)</sup>

- Certificação Internacional de Sustentabilidade de Carbono (ISCC);
- Bonsucro;
- Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS);
- Mesa Redonda para os Combustíveis Sustentáveis (RSB);
- Sustentabilidade de Biocombustíveis de Biomassa (2BSvs);
- Norma de Garantia de Sustentabilidade Bioenergética RED (RBSA); e
- Greenergy – Energia Verde (Programa de Verificação de Bioetanol Brasileiro).

<sup>a</sup> European Commission – Energy:  
[www.ec.europa.eu/energy/renewables/index\\_en.htm](http://www.ec.europa.eu/energy/renewables/index_en.htm).

# ESQUEMAS DE CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A certificação socioambiental é um processo pelo qual um empreendimento verifica e ratifica a sua conformidade com uma série de critérios socioambientais prescritos por um determinado “padrão”. Sendo constatada, através de verificações sistemáticas independentes, a conformidade dos processos, produtos ou serviços do empreendimento em relação aos requisitos do padrão escolhido, uma certificação de conformidade é emitida. A partir da certificação, o empreendimento passa a ser monitorado e reavaliado periodicamente para atestar a manutenção da sua conformidade e o nível obtido de melhoria após cada ciclo de recertificação.

Os padrões de certificação exigem dos empreendimentos (seus processos, produtos ou serviços) requisitos que vão, normalmente, além do simples atendimento integral da legislação. No caso da certificação socioambiental agrícola, vêm sendo desenvolvidos diversos padrões nacionais e internacionais certificáveis, abrindo um grande leque de possibilidades para o produtor optar por aquele que for mais conveniente na busca dos seus objetivos com a certificação, sejam eles ambientais, sociais e/ou econômicos.

As vantagens da certificação socioambiental agrícola são evidentes: com ela, o empreendimento poderá atestar a todas as partes interessadas no seu negócio - envolvidas direta ou indiretamente -, o pleno atendimento à legislação ambiental e trabalhista, o uso de práticas agrícolas adequadas, o respeito aos direitos humanos, além de outros critérios obrigatoriamente exigidos pelos esquemas de certificação. Assim, o empreendimento certificado passa a ganhar preferência dos mercados mais zelosos em relação às prementes questões sociais e ambientais, cada vez mais preocupados com relações de maior respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Dada a incipiência da certificação agrícola no mundo, muitos dos padrões ainda se encontram em fase de con-

solidação e reconhecimento pelo mercado. Interessados em informações adicionais sobre os tipos de certificação apresentados poderão conferir as notas de rodapé com apontamentos para os respectivos sítios eletrônicos e, também, verificar a lista de referências citadas ao final desta publicação.

## Certificação RTRS – Associação Internacional de Soja Responsável / Mesa Redonda da Soja Responsável

A RTRS é uma plataforma global constituída por diversas partes interessadas na cadeia de valor da soja. Objetiva promover uma produção de soja responsável, por meio da cooperação e do diálogo aberto com os setores envolvidos, visando a uma produção economicamente viável, socialmente benéfica e ambientalmente apropriada. Devido aos esforços de produtores, de indústrias e da sociedade civil, este padrão foi desenvolvido com vistas à produção de uma soja responsável.<sup>(44)</sup>

Além do padrão aplicável à produção, existe também o padrão específico voltado à cadeia de custódia, que descreve os requisitos relativos ao controle da soja certificada RTRS, seus derivados e produtos.<sup>(45)</sup>

Os padrões RTRS se utilizam de requisitos com foco na preservação de áreas de alto valor de conservação, na promoção das melhores práticas de gestão, na garantia de condições justas de trabalho e no respeito à posse das terras.<sup>(46)</sup> Através do consenso entre todos os atores envolvidos, desenvolveram-se os chamados “Princípios e Critérios” da soja responsável, com vistas à criação de um padrão global certificável.<sup>(47)</sup> Desse modo, a RTRS se consolidou como uma iniciativa voltada à promoção do desenvolvimento de um mercado mundial de soja certificada, sob critérios baseados no respeito ao meio ambiente e aos direitos dos agricultores, comunidades locais, trabalhadores, pequenos produtores e suas famílias.<sup>(38)</sup>

A certificação RTRS tem uma série de características importantes: é aplicável em nível mundial; pode ser aplicada à produção de soja destinada a qualquer utilização, como rações para animais, alimentos para consumo

### O padrão RTRS se sustenta em cinco princípios:<sup>(47)</sup>

- 1. Conformidade legal e boas práticas de negócio;**
- 2. Condições de trabalho responsável;**
- 3. Relação responsável com as comunidades;**
- 4. Responsabilidade ambiental; e**
- 5. Boas práticas agrícolas.**

humano ou biocombustíveis; pode ser adotada por quaisquer produtores, independentemente do tipo e do porte – pequenos produtores dispõem, por exemplo, de mecanismos de certificação em grupo –; destina-se a todos os tipos de produção de soja, como os geneticamente modificados, a produção convencional e a produção orgânica; e responde aos objetivos globais de sustentabilidade, assegurando o acesso a mercados de alto valor, como aqueles dos principais países importadores de soja da Europa.<sup>(44)</sup>

Maiores informações poderão ser encontradas no sítio eletrônico da RTRS<sup>a</sup>.

## Padrão ProTerra de Responsabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental

O padrão ProTerra, desenvolvido pela CERT ID<sup>b</sup>, originou-se a partir dos Critérios da Basiléia (BC), ampliando o seu conceito inicial. Aplica-se a todos os produtos agrícolas e seus derivados, produzidos, processados e consumidos no mundo todo. É um padrão de certificação aberto a todos os membros dos sistemas de produção agrícola, tais como os do setor alimentício, de rações, de fibras naturais e outros.

O desenvolvimento do padrão envolveu a participação de diversas partes interessadas, como indústrias, proprietários de marcas, processadores, produtores agrícolas, agências governamentais reguladoras, organizações não governamentais e consumidores, tanto em países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos. Este programa de certificação vem responder à crescente demanda por produtos que são diferenciados pelos melhores critérios éticos de produção, abrangendo a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental.

O ProTerra estabelece critérios para a responsabilidade socioambiental corporativa nos setores alimentício e agrícola, exigindo e promovendo uma cultura de melhoria contínua que motiva as empresas a melhorar permanentemente todos os seus sistemas, processos e práticas. Desta forma, a certificação ProTerra atende à premente concepção de sustentabilidade, proporcionando às empresas um mecanismo independente, competente e altamente reconhecido para avaliar as conquistas na área de responsabilidade socioambiental. O ProTerra também provê meios para a comunicação das conquistas obtidas com a certificação, para o mundo dos negócios e para os consumidores. O escopo de certificação é

definido em três níveis distintos de operação na cadeia de produção de alimentos:<sup>(48)</sup>

- Nível I – Produção Agrícola
- Nível II – Manuseio, Transporte e Armazenamento;
- Nível III – Processamento, Fabricação e Rotulagem.

Por fim, o ProTerra fornece um mecanismo pelo qual é possível obter níveis socioambientais cada vez mais elevados, sendo estes reconhecidos e recompensados pelo mercado.<sup>(48)</sup>

## Esquema de Certificação da Sustentabilidade da Câmara Argentina de Biocombustíveis para a União Europeia – (*Carbio Sustainability Certification Scheme for EU – RED Compliance - CSCS*)

O CSCS, esquema de certificação do biodiesel de soja argentino, foi desenvolvido para demonstrar a sustentabilidade do biodiesel produzido naquele país e exportado para o seu maior mercado: a União Europeia (UE). O programa de certificação é baseado na Diretiva de Energia Renovável da UE (EU-RED), que estabelece princípios obrigatórios para combustíveis produzidos ou importados para aquela região. Estes princípios se baseiam na redução de emissões de gases de efeito estufa e na não utilização de matéria-prima proveniente de ambientes de alta biodiversidade e de terras com alto estoque de carbono.

O CSCS cobre toda a cadeia produtiva do biodiesel de soja argentino, desde a produção dos grãos até as fábricas do combustível, áreas de transbordo ou portos. É um esquema de certificação desenvolvido pela Câmara Argentina de Biocombustíveis<sup>c</sup> para a UE e é aplicável apenas à cadeia produtiva daquele país.<sup>(49)</sup>

## Esquema Voluntário de Sustentabilidade de Biocombustíveis de Biomassa (*Biomass Biofuels Sustainability Voluntary Scheme – 2BSvs*)

O 2BSvs é um esquema francês de certificação voluntária que tem como propósito demonstrar, através de auditorias independentes, a conformidade com os critérios de sustentabilidade da Diretiva de Energia Renovável da UE

<sup>a</sup> Associação Internacional de Soja Responsável - RTRS: [www.responsiblesoy.org](http://www.responsiblesoy.org).

<sup>b</sup> Cert ID – ProTerra: [www.cert-id.com.br/?page\\_id=106](http://www.cert-id.com.br/?page_id=106).

<sup>c</sup> CARBIO: [www.carbio.com.ar](http://www.carbio.com.ar).

(EU – RED). Da mesma forma que outras certificações voltadas ao atendimento da EU – RED, o 2BSvs permite o atendimento da Diretiva com foco na biomassa utilizada como matéria-prima e nos biocombustíveis processados através dessa biomassa.<sup>(50)</sup>

Os critérios que definem os requisitos a serem verificados neste esquema são:<sup>(50)</sup>

- A redução das emissões de gases de efeito estufa a partir do uso dos biocombustíveis em relação ao uso de combustíveis convencionais, com uma meta de redução de 60% até 2018;
- A biomassa não deve ser proveniente de áreas com alto valor de biodiversidade, tais como florestas primárias, áreas e ecossistemas protegidos, regiões com alta biodiversidade, ou áreas com grande estoque de carbono, como zonas florestais e úmidas;
- A produção de biomassa deverá respeitar as boas práticas agrícolas e condições ambientais, além do segmento ambiental da Política Comum de Agricultura da UE<sup>a</sup>;
- Implementação de um sistema de balanço de massa para cada sítio logístico;
- Implementação de um sistema de controle para cada operador econômico, com procedimentos documentados.

As certificações ocorrem por unidades operacionais (escopos), com requisitos específicos para cada uma. A primeira delas é composta pelos produtores de biomassa e pelas unidades de armazenamento, devendo obedecer aos “Requisitos para a Verificação da Produção de Biomassa”. Em seguida, a certificação pode ocorrer nas plantas de produção dos biocombustíveis, em que a conformidade deverá se estabelecer em relação aos “Requisitos do Sistema de Balanço de Massa”. Finalmente, a terceira unidade certificável, também sob os mesmos “Requisitos do Sistema de Balanço de Massa”, é composta por outros operadores econômicos, que são entidades que dispõem da biomassa ou do biocombustível, e/ou intermedeiam produtos da cadeia produtiva e do processamento do biocombustível. Só após a auditoria por organismos independentes e a respectiva certificação, poderá ser reivindicado o atendimento aos critérios de sustentabilidade do EU – RED.

Foram desenvolvidas duas estruturas de requisitos de certificação aplicáveis à produção de biocombustível e à

<sup>a</sup> Política Comum de Agricultura da União Europeia: mecanismo que prevê pagamentos de subsídios agrícolas, superiores a € 40 bilhões por ano, para fazendeiros do bloco, incluindo os que produzem matéria-prima para biocombustíveis.<sup>(51)</sup>

cadeia de suprimentos. Uma para os produtores de biomassa, para as cooperativas ou locais de armazenamento e comercialização dos grãos e outra para todos os operadores econômicos nos processos subsequentes, como os da cadeia de transformação e de comércio internacional.<sup>(52)</sup>

### **Sistema de Segurança para Matérias-Primas para Alimentação Animal (*Feed Materials Assurance Scheme - FEMAS*)**

O propósito do FEMAS é prover um mecanismo que garanta a segurança dos ingredientes na cadeia do setor de alimentação animal. O padrão inglês se aplica aos ingredientes de todos os tipos utilizados na produção de alimentos para animais, sejam eles produtos de processamento primário ou subprodutos de produção, independentemente do país de origem. Tem cunho voluntário e foi desenvolvido pela Confederação Inglesa das Indústrias da Agricultura (AIC)<sup>b</sup>, em resposta aos movimentos do Reino Unido e da UE para a regulação mais restrita da segurança na alimentação. É um padrão que requer verificação independente para a demonstração da conformidade em relação aos seus requisitos. Ao se submeter ao esquema de certificação FEMAS e sendo aceito, o produto (ingrediente) estará em conformidade com os seus requisitos e com quaisquer documentos associados, bem como com o Manual do Padrão FEMAS. O escopo de certificação refletirá a natureza do negócio e especificará os produtos de alimentação que atendem aos requisitos de certificação. O padrão é aberto a qualquer companhia envolvida na produção e venda de ingredientes de alimentação sujeitos à conformidade com seus critérios.<sup>(53)</sup>

Um acordo envolvendo os esquemas da Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS) e o FEMAS originou um módulo que pode ser operacionalizado no contexto da certificação da soja. Este novo módulo apresenta as seguintes características: associa a força dos critérios de sustentabilidade RTRS no nível das propriedades, com uma certificação de segurança da cadeia de suprimentos de alimentos e ingredientes focada no padrão FEMAS; oferece dupla certificação, sem comprometer as estruturas de cada um dos padrões; e também é compatível com os módulos de produtos não geneticamente modificados da FEMAS e da RTRS, oferecendo uma alternativa para este mercado específico.

Para se certificar neste módulo, é necessário estar em conformidade com o padrão FEMAS convencional e com

<sup>b</sup> AIC - FEMAS: [www.agindustries.org.uk](http://www.agindustries.org.uk).

o padrão modular FEMAS e RTRS, além de demonstrar que a soja é certificada pela RTRS no escopo da propriedade agrícola.<sup>(54)</sup>

## Associação Argentina de Produtores de Plantio Direto – Aapresid / Agricultura Certificada (AC)

A Aapresid<sup>a</sup> é uma associação não governamental argentina sem fins lucrativos, integrada por uma rede de produtores agropecuários que, interessados na conservação de seu principal recurso, o solo, adotaram e impulsionaram a difusão de um novo paradigma agrícola baseado no Plantio Direto.<sup>(55)</sup>

*O sistema de Plantio Direto “é uma técnica de cultivo conservacionista na qual se procura manter o solo sempre coberto por plantas em desenvolvimento e por resíduos vegetais. Essa cobertura tem por finalidade protegê-lo do impacto das gotas de chuva, do escoamento superficial e das erosões hídrica e eólica [...] Efetivamente, poderia considerar-se o plantio direto como um cultivo mínimo, visto que o preparo do solo limita-se ao sulco de semeadura, procedendo-se à semeadura, à adubação e, eventualmente, à aplicação de herbicidas em uma única operação.”<sup>(56)</sup>*

Buscando a melhoria contínua e alinhando os objetivos produtivos e ambientais, a Aapresid adotou um Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental e Produtiva, denominado Agricultura Certificada (AC) e específico para os sistemas produtivos de Plantio Direto. O sistema AC é composto por um manual de Boas Práticas Agrícolas e um Guia de Uso, Medição e Registro de Indicadores de Gestão Ambiental, com foco no recurso natural “solo”. A verificação de conformidade do produtor com o sistema AC é realizada por um organismo de terceira parte, uma

entidade certificadora independente, de modo a assegurar a credibilidade e transparência do sistema.<sup>(57)</sup>

O processo de certificação pelo sistema AC se dá em três etapas básicas:

- Documentar os processos produtivos;
- Medir e Registrar os planos de gestão implementados; e
- Auditar e Certificar o cumprimento dos planos de gestão e requisitos do sistema AC.

Como benefícios e oportunidades, a adoção do sistema de certificação AC pode resultar numa melhor gestão empresarial, maior eficiência agrônômica no uso de recursos, além de melhores oportunidades no contexto crescente pela demanda mundial de alimentos, em que se exige, cada vez mais, garantias de sustentabilidade produtiva.<sup>(57)</sup>

## Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (International Federation of Organic Agriculture Movements – IFOAM)

O comércio de orgânicos está crescendo rapidamente em todo o mundo. As taxas de crescimento do setor demonstram que os produtos orgânicos estão entrando nas principais correntes de mercado, sendo que o total de propriedades com produção certificada de orgânicos já atingiu a marca de 26 milhões de hectares.

A IFOAM é uma organização mundial para o movimento da agricultura orgânica que reúne mais de 750 organizações membros em 116 países. A Federação atua como uma plataforma de intercâmbio e cooperação internacional do mercado de orgânicos. Sua missão é liderar, unir e assistir o movimento orgânico em toda a sua diversidade.

Visando ao atendimento da sua missão, cinco objetivos foram estabelecidos pela IFOAM para o médio prazo: construir uma plataforma global para o movimento orgânico; desenvolver, comunicar e defender os princípios da agricultura orgânica; defender e facilitar a agricultura orgânica; promover o desenvolvimento de mercados orgânicos e assegurar uma organização eficazmente gerida com recursos suficientes e sustentáveis.

O Sistema de Garantia Orgânica IFOAM (SGO), certificável, estabelece os limites entre produtos orgânicos e não orgânicos. É um sistema que une os produtos orgânicos num conjunto comum de padrões, verificações de con-

<sup>a</sup> Aapresid: [www.aapresid.org.ar](http://www.aapresid.org.ar).

formidade e de identidade de mercado. Abre caminho para um comércio mais organizado e confiável, potencializando o reconhecimento pelo consumidor da marca “orgânico”.<sup>(58)</sup>

O SGO é baseado nos princípios da Agricultura Orgânica, também conhecida como Agricultura Biológica, que são as raízes para o crescimento e desenvolvimento da produção orgânica.

Os principais componentes do sistema de certificação orgânica SGO são as Normas Básicas e os Critérios de Acreditação IFOAM. Maiores informações podem ser consultadas no sítio eletrônico<sup>a</sup> da entidade.<sup>(58)</sup>

## Comércio Justo (Fairtrade)

A *Fairtrade International*<sup>b</sup> é uma organização global, estabelecida na Alemanha, que trabalha para garantir melhores negócios para agricultores e trabalhadores. A organização define os padrões Fairtrade, dá suporte aos produtores do mundo todo, desenvolve estratégias globais e promove a justiça no comércio internacional. Tem como visão um mundo no qual todos os produtores possam desfrutar de uma subsistência segura e sustentável, realizar todo o seu potencial e decidir o seu próprio futuro. A missão da entidade é conectar produtores e consumidores que estejam em situações de desvantagem, promover condições mais justas de comércio e capacitar os produtores para combater a pobreza, fortalecer a sua posição e ter mais controle sobre suas vidas.<sup>(59)</sup>

Os padrões Fairtrade são delineados para dar apoio ao desenvolvimento de pequenas organizações produtivas e trabalhadores agrícolas nos países mais pobres do mundo. São baseados em princípios como o do desen-

volvimento social, do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento ambiental. Os objetivos gerais desses padrões são.<sup>(59)</sup>

- Garantir que os produtores sejam pagos de forma que consigam cobrir a média dos custos de produção sustentável;
- Prover o chamado Fairtrade Premium (prêmio) que é uma quantia adicional paga aos produtores para o investimento em seus negócios, sub-

sistência dos trabalhadores e comunidades, ou para seus projetos que ampliam o desenvolvimento socioeconômico e ambiental;

- Possibilitar um pré-financiamento para os produtores;

- Facilitar parcerias de comércio de longo prazo e viabilizar maior controle do produtor sobre os processos de comércio;

- Estabelecer parâmetros mínimos e de melhoria progressiva para garantir que as condições de produção e comércio de todos os produtos certificados no padrão Fairtrade sejam social, econômica e ambientalmente responsáveis.

A escolha pelos padrões Fairtrade é limitada a certos países, nos quais os produ-

tores poderão se submeter à certificação. O Brasil se inclui na lista de países em que se permite a certificação Fairtrade e dispõe de uma organização licenciada para o uso desta marca e certificação: a Fairtrade-Brasil. Esta representação brasileira tem o compromisso de conduzir suas atividades em concordância com os princípios da Equidade, Justiça, Transparência, Não discriminação e Respeito mútuo.

A conformidade com os padrões Fairtrade é certificada por organismo de terceira parte e independente (FLOCERT), que certifica toda a cadeia produtiva, desde as associações de pequenos produtores até o atacadista.

### Princípios do Sistema de Garantia Orgânica (IFOAM):

**1. Princípio da Saúde:** a Agricultura Biológica deverá manter e melhorar a qualidade dos solos, assim como a saúde das plantas, dos animais, dos seres humanos e do planeta como um organismo uno e indivisível;

**2. Princípio da Ecologia:** a Agricultura Biológica deverá se basear nos sistemas ecológicos vivos e seus ciclos, trabalhando com eles, imitando-os e contribuindo para a sua sustentabilidade;

**3. Princípio da Justiça:** a Agricultura Biológica deverá se basear em relações justas no que diz respeito ao ambiente comum e às oportunidades de vida;

**4. Princípio da Precaução:** A Agricultura Biológica deverá ser gerida de uma forma cautelosa e responsável de modo a proteger o ambiente, a saúde e o bem-estar das gerações atuais e daquelas que hão de vir.

<sup>a</sup> IFOAM: [www.ifoam.org](http://www.ifoam.org).

<sup>b</sup> Fairtrade International: [www.fairtrade.net](http://www.fairtrade.net).

Os produtos certificados podem ser reconhecidos pelos consumidores através do selo Fairtrade. O selo garante que os produtores receberam preços justos, cobrindo os seus custos de produção e que foram devidamente orientados para utilizar o Prêmio Fairtrade na melhoria das suas condições socioeconômicas, com respeito ao meio ambiente.<sup>(60)</sup>

## IBD - Selo EcoSocial

O IBD Certificações<sup>a</sup> é uma empresa brasileira que desenvolve atividades de inspeção e certificação agropecuária do processamento e dos produtos extrativistas, orgânicos, biodinâmicos e do mercado justo (*Fair Trade*). O IBD atua em todo o Brasil e América do Sul, sendo acreditado por quatro organismos internacionais, dentre eles o IFOAM para a certificação de produtos orgânicos.

Entre as várias certificações (ou selos) praticados pelo IBD, há o Selo EcoSocial que é um programa de certificação socioambiental para ratificar relações justas no comércio de produtos. O EcoSocial IBD é um Sistema de Certificação que avalia o desempenho dos empreendimentos com relação ao desenvolvimento econômico, ambiental, humano e social. Os critérios mínimos listados pela norma devem ser cumpridos para que os empreendimentos sejam certificados, além de dois critérios de progresso (melhoria) relacionados ao desenvolvimento ambiental e de dois critérios relacionados ao fator humano e social, durante o ano de certificação.

Com este padrão de certificação, busca-se o maior envolvimento possível das partes interessadas na implementação e no monitoramento das ações do programa, com o propósito de ampliar a consciência e a participação de todos no desenvolvimento socioambiental e no comércio justo do empreendimento. A Certificação EcoSocial é aplicável às empresas com trabalho contratado, grupos de pequenos produtores e operadores de comércio, todos relacionados aos mais variados setores comerciais, tais como o agrícola, têxtil, industrial, cosmético, água mineral, prestadores de serviços e outros.<sup>(61)</sup>

## Rede de Agricultura Sustentável Imaflora (RAS) / Sustainable Agriculture Network (SAN) – Selo Rainforest Alliance Certified™

O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)<sup>b</sup> é uma organização brasileira, sem fins lucra-

tivos, voltada para a promoção da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agrícola. O Imaflora aplica o Programa de Certificação Agrícola, por meio da Rede de Agricultura Sustentável (RAS) (em inglês, *Sustainable Agriculture Network - SAN*). A RAS é uma rede composta por organizações não governamentais conservacionistas, dentre elas o Imaflora, seu representante no Brasil.

Esta rede é responsável por elaborar normas para a agricultura, sistematizando os cultivos de grande impacto socioambiental. O Imaflora aplica essas normas nos empreendimentos que pretendem se certificar de acordo com seus requisitos, submetendo os resultados à apreciação da SFC (*Sustainable Farm Certification*), subsidiária da *Rainforest Alliance*, como organismo autorizado de certificação dentro dos padrões da RAS. Os empreendimentos certificados recebem o selo *Rainforest Alliance Certified™* e a autorização de utilizá-lo nos seus produtos e materiais de divulgação, permitindo aos consumidores identificar os produtos agrícolas de origem sustentável. Os empreendimentos interessados nesta certificação agrícola devem, portanto, cumprir os critérios da Norma de Agricultura Sustentável da RAS.

Os princípios da agricultura sustentável da RAS determinam que as propriedades:<sup>(62)</sup>

- Promovam um sistema de gestão ambiental e social;
- Conservem ecossistemas;
- Protejam a vida silvestre;
- Conservem os recursos hídricos;
- Promovam o tratamento justo e as boas condições de trabalho;
- Respeitem a saúde e a segurança ocupacional;
- Estabeleçam relações com as comunidades;
- Desenvolvam o manejo integrado do cultivo;
- Desenvolvam o manejo e a conservação do solo; e
- Gerenciem os resíduos de forma integrada.

O Imaflora trabalha com a Certificação de Unidade de Produção Agrícola (no campo) e com a Aprovação da Cadeia de Custódia, em que avalia processadores e indústrias que se utilizam da matéria-prima certificada. A certificação é válida por três anos e pode ser realizada de maneira individual ou em grupos independentes, cooperativas ou associações.<sup>(62)</sup>

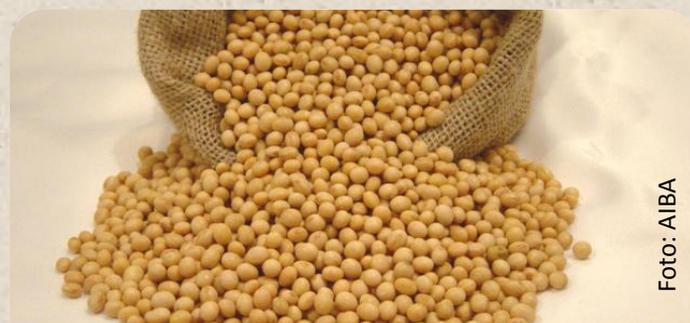


Foto: AIBA

<sup>a</sup> IBD: [www.ibd.com.br](http://www.ibd.com.br).

<sup>b</sup> Imaflora: [www.imaflora.org](http://www.imaflora.org).

## GlobalGAP - Global Good Agricultural Practices

A GlobalGAP<sup>a</sup> é uma organização privada que estabelece normas voluntárias para a certificação de produtos agrícolas em todo o mundo. Desenvolveu a norma que leva o mesmo nome para reafirmar aos consumidores que a produção alimentar nas unidades agrícolas é realizada com a mitigação dos impactos ambientais negativos, com a minimização do uso de insumos químicos e com a garantia de uma abordagem responsável em relação à saúde e segurança dos trabalhadores e dos animais. É uma norma que se traduz num manual de Boas Práticas Agrícolas (BPA), através do qual produtores podem obter uma certificação. Esta certificação, aberta a produtores do mundo inteiro, é realizada por mais de 100 organismos independentes, oficialmente reconhecidos em mais de 80 países.

É uma norma que se aplica antes da saída do produto da unidade de produção, isto é, a certificação abrange toda a sua produção. O escopo de certificação se inicia pelos insumos, passa pelas atividades agrícolas e termina no momento em que o produto deixa a unidade de produção. O selo obtido pela certificação GlobalGAP é destinado unicamente para uso nas relações empresa-empresa, não ficando visível para o consumidor final.

Os princípios em que o esquema GlobalGAP se sustenta são baseados nos parâmetros de segurança alimentar, na proteção do meio ambiente, nas condições dignas de

trabalho, na rastreabilidade dos produtos, na saúde e na segurança dos trabalhadores.<sup>(63)</sup>

Um exemplo brasileiro de destaque baseado neste esquema é dado pelo Programa de Certificação Sustentável para a Produção Agrícola e Pecuária de Nova Mutum<sup>b</sup>, uma iniciativa em implantação pela Prefeitura do município de Nova Mutum - MT. O objetivo deste programa, batizado como MUTUMGAP, é o desenvolvi-

mento de critérios para a certificação das propriedades e dos produtos originados nas diversas cadeias produtivas existentes, agregando valor final aos produtos agrícolas produzidos no município.

O Programa se propõe a adotar conceitos e práticas agrícolas responsáveis que ajudarão a nortear a certificação dos produtos oriundos da cadeia produtiva agrícola de Nova Mutum. Como resultados, espera-se um processo de melhoria contínua da produção local, a diminuição do impacto ambiental, a conformidade às leis trabalhistas e a adoção de boas práticas de produção.

A criação deste programa de certificação, ao lado de um projeto piloto para a certificação de propriedades rurais, contribuirá para demonstrar

que os agricultores, além do município como um todo, se preocupam com as questões ambientais, sociais e de boas práticas agrícolas. Consequentemente, espera-se uma projeção internacional do município como um dos primeiros a implantar um Programa de Boas Práticas Agrícolas na região conhecida como Amazônia Legal, obtendo equivalência de outros selos e protocolos glo-

**Uma vez obtida a certificação GlobalGAP, seja para produtos como frutas e verduras, seja para bovinos e ovinos, espera-se que o produtor possa demonstrar:<sup>(64)</sup>**

- Respeito à legislação;
- Manutenção da confiança do consumidor na qualidade e segurança do alimento;
- Minimização dos impactos ambientais negativos;
- Redução do uso de produtos defensivos;
- Aumento da eficiência do uso de recursos naturais;
- Responsabilidade com a saúde e segurança do trabalhador;
- Adequação das instalações;
- Treinamento e capacitação de todos os funcionários;
- Criação de documentos de controle das etapas do processo produtivo;
- Maior controle operacional das atividades e processos;
- Transparência e credibilidade por parte de fornecedores e clientes;
- Desenvolvimento e aprimoramento de recursos humanos;
- Garantia da rastreabilidade dos animais.

<sup>a</sup> GlobalGAP: [www.globalgap.org](http://www.globalgap.org).

<sup>b</sup> Produção Agrícola e Pecuária de Nova Mutum: [www.novamutum.mt.gov.br/uploads/secretarias/ee808c8e6b.pdf](http://www.novamutum.mt.gov.br/uploads/secretarias/ee808c8e6b.pdf).

bais de segurança alimentar, ambiental e de boas práticas.

Outros benefícios relevantes são:<sup>(65)</sup>

- Fortalecimento da imagem do município e promoção das boas ações de sustentabilidade da região;
- Fortalecimento das cadeias produtivas locais, possibilitando agregação de valor e mudando a forma como os produtores se relacionam com o mercado consumidor;
- Aliança com toda a cadeia de fornecedores, indústrias, investidores e consumidores;
- Uso de padrões de certificação de Segurança Alimentar, Boas Práticas Agrícolas, Biomassa e Biocombustíveis Sustentáveis;
- Redução do risco e adição de valor sustentável em relação a outros produtos comparáveis disponíveis no mercado nacional e internacional;
- Qualificação e capacitação dos trabalhadores envolvidos nas atividades de produção; e
- Criação de uma “marca” e um “conceito de produção” para os produtos do município.

## Mesa Redonda dos Biocombustíveis Sustentáveis - *Round Table on Sustainable Biofuels (RSB)*

A iniciativa internacional RSB reúne agricultores, companhias, organizações não governamentais, especialistas e governos preocupados com a garantia da sustentabilidade da produção e do processamento de biocombustíveis. Desenvolvida pela Escola Politécnica Federal de Lausana (*École Polytechnique Fédérale de Lausanne - EPFL*), na Suíça, está aberta para qualquer organização comprometida com a sustentabilidade no setor dos biocombustíveis.<sup>(66)</sup>

A RSB desenvolveu um sistema de certificação de terceira parte, abrangendo princípios e critérios ambientais, sociais e econômicos. O sistema é consolidado por meio de um processo aberto e transparente, envolvendo múltiplas partes interessadas.

São 12 os pilares que formam os princípios do modelo de certificação RSB: Legalidade; Planejamento, Monitoramento e Melhoria Contínua; Emissão de Gases de Efeito Estufa; Direitos Humanos e dos Trabalhadores; Desenvolvimento Rural e Social; Segurança Alimentar Local; Conservação; Solo; Água; Ar; Uso de Tecnologia, Insumos e Gerenciamento de Resíduos; e Direitos de Posse de Terras.<sup>(67)</sup>

Neste esquema de certificação existem duas estruturas de normas. A primeira contempla os requisitos aplicáveis a quaisquer tipos de biocombustíveis no mundo inteiro. Já para aqueles empreendimentos que pleiteiam uma certificação em conformidade também com a Diretiva de Energia Renovável da UE (EU – RED) – para a exportação dos produtos para o bloco -, devem se utilizar de uma segunda estrutura de normas traçada pela RSB com foco no atendimento desta Diretiva.<sup>(66)</sup>

Informações adicionais podem ser obtidas no endereço eletrônico da EPFL<sup>a</sup>.

## Sustentabilidade Internacional e Certificação do Carbono – *International Sustainability and Carbon Certification (ISCC)*

O ISCC<sup>b</sup> é um sistema de certificação aplicável à biomassa e à bioenergia. Tem como propósitos promover a redução das emissões dos GEE, o uso sustentável das terras, a proteção da biosfera natural e a responsabilidade social.

Baseado em experiência, eficiência e efetividade, o esquema ISCC proporciona maior segurança para as organizações, já que cobre os aspectos de sustentabilidade social. Abrange o mercado global e é também aplicável ao mercado da União Europeia (UE), cobrindo todos os tipos de biomassa.

Segundo o ISCC, as características deste sistema de certificação são a independência, a transparência e a sua aplicabilidade internacional. É um método confiável para se diferenciar biomassa e bioenergia sustentáveis daquelas não sustentáveis. Busca motivar os agricultores e processadores a promover uma maior sustentabilidade em suas atividades rotineiras.<sup>(68)</sup>

Biocombustíveis exportados para a Alemanha, por exemplo, devem ser produzidos e certificados pelo esquema ISCC desde janeiro de 2011.<sup>(61)</sup>

O ISCC é reconhecido por todos os membros da Comissão Europeia, sem restrições, sendo considerado uma prova confiável da conformidade com a Diretiva de Energia Renovável da UE (EU – RED).<sup>(69)</sup>

O sistema é apoiado em seis princípios de sustentabilidade.<sup>(70)</sup>

<sup>a</sup> Escola Politécnica Federal de Lausana: [www.rsb.epfl.ch](http://www.rsb.epfl.ch).

<sup>b</sup> ISCC: [www.iscc-system.org](http://www.iscc-system.org).

1. A biomassa não deve ser produzida em terras com alto valor de biodiversidade ou com alto estoque de carbono;

2. A biomassa deve ser produzida de um modo ambientalmente responsável, incluindo a proteção do solo, da água e do ar, além do uso de Boas Práticas Agrícolas;

3. O empreendimento deve prover condições seguras de trabalho através de treinamento e educação, uso de EPI, imediata e adequada assistência em casos de acidentes;

4. A produção de biomassa não deve violar os direitos humanos, dos trabalhadores e de posse das terras, devendo promover condições adequadas de trabalho, da saúde dos trabalhadores, da segurança e do bem-estar, baseando-se em relações responsáveis com a comunidade;

5. A produção da biomassa deve estar em conformidade com toda a legislação regional e nacional aplicável e deve atender aos tratados internacionais pertinentes; e

6. Devem ser implementadas boas práticas de gestão.

### **Acordo Técnico da Holanda – *Netherlands Technical Agreement* (NTA 8080)**

É um esquema constituído sobre as bases de um acordo holandês voluntário (NTA) de requisitos para a sustentabilidade da biomassa e estabelecido a partir de várias partes interessadas, como agentes de mercado, governos e organizações da sociedade civil.

O atendimento aos requisitos da norma advinda deste acordo (NTA 8080)<sup>a</sup> permite demonstrar que a biomassa produzida, convertida, comercializada ou utilizada pelos empreendimentos está em conformidade com os critérios internacionais da sustentabilidade. Esta norma foi desenvolvida sob os preceitos e critérios alemães de sustentabilidade e, também, sob aqueles da Diretiva de Energia Renovável da UE, consolidando-se como um sistema de certificação com requisitos verificáveis. Assim, fornecedores e compradores da biomassa dispõem de uma maneira para distinguir os produtos sustentáveis de biomassa daqueles não sustentáveis.<sup>(71)</sup>

Os requisitos descritos pelo acordo técnico NTA são destinados à biomassa produzida para aplicações energéticas, como geração de energia, processos de aquecimento e resfriamento e combustíveis para o transporte.<sup>(71)</sup>

Aplicam-se à biomassa sólida, líquida e gasosa e tratam de seis temas: balanço de GEE, competição com alimentos e biodiversidade, três temas com foco na biomassa em si; prosperidade, bem-estar e meio ambiente, temas relacionados à abordagem do tripé PPL - Pessoas, Planeta e Lucro. (*Triple-P: People, Planet and Profit*).<sup>(72)</sup>

O sistema de certificação abrange os seguintes documentos normativos:<sup>(71)</sup>

- NTA 8080, que prescreve os requisitos a serem atendidos para a sustentabilidade da biomassa;
- NTA 8081, que prescreve o esquema de certificação;
- Documentos de interpretação dos requisitos NTA 8080;
- Documento que estabelece as tarifas de certificação.

### **O NTA é um esquema de certificação voltado para:**

- **Produtores de biomassa primária ou que coletam fluxos residuais dessa biomassa;**
- **Processadores que tratam ou processam a biomassa primária;**
- **Organizações que comercializam a biomassa; e**
- **Consumidores finais que se utilizam da biomassa para a produção de eletricidade, calor, biogás ou biocombustível para o transporte.**

Foto: Adolfo Dallapria / Gabriel Daldegan

<sup>a</sup> NTA: [www.sustainable-biomass.org](http://www.sustainable-biomass.org).

# CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

Em dezembro de 2009 foi editado o Decreto 7.029, que instituiu o CAR no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, como parte integrante do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA). É um importante instrumento para o controle ambiental, bem como para a avaliação de políticas, para a efetividade das operações de fiscalização e para o monitoramento de propriedades rurais.<sup>(73)</sup>

O CAR é um sistema eletrônico de identificação georreferenciada da propriedade rural, que contém a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APP), da Reserva Legal (RL) e remanescentes de vegetação nativa localizadas no interior do imóvel.<sup>(74)</sup>

Ao lado do produtor rural, o CAR também oferece a oportunidade de ajustamento de conduta para que o imóvel seja regularizado no âmbito do licenciamento ambiental, dentro de prazos específicos, sem a necessidade de eventuais autuações sobre a área em questão.<sup>(75)</sup>

Por meio de um esforço articulado entre secretarias do meio ambiente, prefeituras, organizações não governamentais, sindicatos, associações de produtores e trabalhadores rurais, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) passa a ser um bem-vindo instrumento, fruto das experiências para a construção de um novo modelo de produção e de desenvolvimento socioeconômico. Pode ser entendido como uma “carteira de identidade” do imóvel rural.<sup>(76)</sup>

O CAR já é uma realidade nos estados de Mato Grosso e do Pará e é operacionalizado através do mapeamento dos imóveis rurais com o apoio de imagens produzidas via satélite para o seu georreferenciamento. Os resultados desse mapeamento subsidiam o levantamento de

possíveis passivos ambientais e auxiliam o produtor, quando necessário, no planejamento de atividades de recomposição dessas áreas.

O CAR se estabelece como um requisito obrigatório para que o produtor rural obtenha licenciamentos e autorizações ambientais para quaisquer atividades econômicas, agropecuárias ou florestais. Reflete um compromisso do produtor com as suas obrigações ambientais, respondendo às pressões da sociedade e do mercado consumidor em relação à proteção ambiental no ambiente produtivo rural. Os dados gerados através deste cadastro servirão para a elaboração dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).<sup>(76, 77)</sup>

## **O Cadastro Ambiental Rural oferece, pelo menos, três funções como instrumento de gestão territorial e ambiental:**

- 1. O planejamento do imóvel rural, com a definição do local das áreas de produção, das APP e da RL (e, por consequência, pode subsidiar o planejamento da paisagem, a partir da formação de corredores florestais no agrupamento de imóveis rurais locais/regionais);**
- 2. A regularização ambiental do imóvel rural (o que confere segurança jurídica à produção e comercialização e permite o acesso ao crédito oficial); e**
- 3. O monitoramento remoto do desmatamento.**

Propriedades enquadradas como de agricultura familiar terão registro gratuito no CAR e apoio técnico e jurídico do poder público, inclusive para as atividades de georreferenciamento.<sup>(77)</sup>

Diversas iniciativas de apoio aos produtores rurais no processo de cadastramento estão sendo implantadas, com o apoio de organizações não governamentais, prefeituras, órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e empresas. A seguir, são apresentados alguns exemplos desta iniciativa.

Em agosto de 2010, a organização não governamental *The Nature Conservancy* (TNC) elaborou, em parceria com instituições financeiras e governamentais, o “Projeto de Assistência Técnica para o Cadastro Ambiental Rural”, concretizado por um manual operativo de projeto com o objetivo de contribuir para que estabelecimentos rurais obtivessem a regularização em conformidade com a legislação ambiental aplicável. Com o projeto, buscou-se relacionar as informações técnicas necessárias para o monitoramento e o controle de imóveis rurais em municípios selecionados dos estados de Mato Grosso e Pará.

Qualificado como um protótipo, o projeto prevê para os municípios de Feliz Natal, Brasnorte e Juína (MT), além de Santana do Araguaia e Marabá (PA), os seguintes benefícios: o desenvolvimento de uma base cartográfica digital (com imagens de alta resolução espacial); o mapeamento em varredura das propriedades (georreferenciamento das propriedades rurais com uma análise dos passivos e ativos de reserva legal); inserção dos imóveis rurais nas Bases de Dados das SEMAs MT e PA (SIMLAM - Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental).<sup>(73)</sup>

O público-alvo do projeto são todas as partes interessadas que deverão ganhar com a criação de paisagens produtivas e ambientalmente sustentáveis. Essas partes interessadas abarcam os setores governamentais, produtivos, madeireiro, financeiro, além dos trabalhadores rurais e de outros atores da sociedade civil.

A estrutura do projeto é dividida nas seguintes linhas mestras:<sup>(73)</sup>

- Campanha de informação, mobilização e disseminação de lições aprendidas;
- Mapeamento e georreferenciamento de propriedades rurais e sua inserção no sistema CAR; e
- Gestão e administração do projeto.

Além deste projeto, em parceria com outras entidades, a TNC desenvolveu algumas iniciativas de integração entre agricultura e conservação, com o objetivo de maximizar a preservação do habitat natural nas áreas de agricultura e pecuária. Exemplos dessas iniciativas são os projetos desenvolvidos na Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço e o projeto Lucas do Rio Verde Legal, no Estado de Mato Grosso. No Estado do Pará, articulou um projeto em colaboração com o município de Santarém.<sup>(73)</sup>

O Projeto Lucas do Rio Verde é uma parceria entre governos municipais e estaduais (Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, Secretaria do Meio Ambiente do Estado, Ministério Público Estadual), o setor privado (Sadia, Syngenta, Fiagril) e a sociedade civil (TNC Brasil, Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, Fundação Rio Verde e Instituto Sadia de Sustentabilidade). Seu objetivo é conciliar o desenvolvimento agropecuário do município de Lucas do Rio Verde com a conservação ambiental e a responsabilidade social. Tem o propósito de regularizar as propriedades rurais no município, por meio da compensação da RL e a implantação de áreas protegidas contínuas de ecossistemas nativos. Ademais, o projeto busca o cumprimento do Código Florestal, simplificando o processo e reduzindo os custos do produtor para obter o licenciamento ambiental. Espera-se, também, a pro-

moção do uso correto e seguro de agroquímicos de acordo com o estabelecido pelas Normas Reguladoras de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Em suma, o projeto pretende transformar o município em modelo socioambiental rural para o Estado de Mato Grosso.

O Projeto desenvolvido na Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço visa à recuperação de áreas degradadas e envolve a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO), a Secretaria do Meio Ambiente e a TNC, com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), colaboração da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo – Laboratório de Ecologia e Recuperação Florestal (Lerf/Esalq/USP).

Finalmente, também há uma iniciativa entre a TNC e a APROSOJA com objetivo de promover a produção sustentável da soja no Estado, por meio da regularização ambiental das propriedades rurais. Os objetivos específicos desta iniciativa são: cadastrar, por meio de georreferenciamento, as propriedades rurais nos quatros polos de produção de soja no Estado; adequar as propriedades; e promover melhor gestão ambiental das propriedades para garantir a sustentabilidade da produção.<sup>(73)</sup>

Até o ano de 2010, por exemplo, a TNC e seus parceiros de projetos (organizações não governamentais, governamentais e sociedade civil), já haviam produzido diversos resultados, como bases cartográficas e mapeamentos de propriedades no MT e PA.

Para maiores informações sobre o CAR, os interessados podem acessá-las no endereço eletrônico<sup>a</sup> da TNC.



Foto: AIBA

<sup>a</sup> TNC: [www.portugues.tnc.org/tnc-no-mundo/americas/brasil/projetos/cadastro-ambiental-rural.xml](http://www.portugues.tnc.org/tnc-no-mundo/americas/brasil/projetos/cadastro-ambiental-rural.xml).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se o papel fundamental da cadeia produtiva da soja e seus derivados no Brasil e no mundo, somado ao expressivo crescimento produtivo em diversas regiões do país nas últimas décadas, é imperativo dar atenção aos aspectos e impactos socioambientais atrelados às operações do setor. A avaliação e controle desses aspectos e impactos é uma condicionante obrigatória que já é uma realidade na agenda comercial nacional e internacional.

Esta publicação buscou ilustrar os movimentos do setor agrícola rumo ao equilíbrio entre o desenvolvimento produtivo e a preservação dos ativos sociais e ambientais. O intuito foi prover informações iniciais aos produtores, empresas e demais envolvidos nesta cadeia, sobre as particularidades da responsabilidade social e ambiental relacionada às *commodities* agrícolas, com destaque para a soja e seus subprodutos.

Os agentes da cadeia produtiva da soja terão, necessariamente, que se alinhar aos novos preceitos da sustentabilidade, tanto para que se mantenham no mercado, como para aumentar a sua competitividade. A adoção de boas práticas agrícolas, a adesão a um acordo ou esquema de certificação são os caminhos naturais para que os padrões de produção atinjam níveis pragmáticos para a consolidação da verdadeira Responsabilidade Socioambiental do setor.



# LISTA DE ABREVIACÕES

- 2BSVs - Biomass Biofuels Sustainability Voluntary Scheme
- AAPRESID - Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa
- ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
- ABN AMRO - ABN (Algemene Bank Nederland) e AMRO (Amsterdam-Rotterdam Bank)
- AC - Agricultura Certificada
- ADSEMN - Agência de Desenvolvimento Socioeconômico Médio Norte
- AIC – Confederação Inglesa das Indústrias da Agricultura
- ANEC - Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
- APP - Áreas de Preservação Permanente
- APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso
- ARES - Instituto para o Agronegócio Responsável
- BACP - Biodiversity and Agricultural Commodities Program
- BC – Basel Criteria
- BPA – Boas Práticas Agrícolas
- CAR – Cadastro Ambiental Rural
- CITES - Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
- CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
- CSCS - Carbio Sustainability Certification Scheme for EU – RED Compliance
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMPAER - Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
- EPI - Equipamentos de Proteção Individual
- EU – European Union
- EU-RED – European Union Renewable Energy Directive
- FAMATO - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
- FEMAS - Feed Materials Assurance Scheme
- FUNBIO – Fundo Brasileiro para Biodiversidade
- GEE – Gases de Efeito Estufa
- GEF – Global Environment Facility
- GPS – Global Positioning System
- GRES - Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade
- GTS - Grupo de Trabalho da Soja
- IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná
- IBD - Associação de Certificação Instituto Bionômico
- ICM - Indicadores do Campo ao Mercado
- IDH - Initiatief Duurzame Handel
- IFC - International Finance Corporation
- IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements
- iLPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ING Bank - Internationale Nederlanden Groep
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- inpEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
- IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- ISCC - International Sustainability and Carbon Certification
- ISO – International Organization for Standardization
- LERF/ESALQ/ USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo – Laboratório de Ecologia e Recuperação Florestal
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- NR - Norma Regulamentadora
- NTA - Netherlands Technical Agreement
- ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- OEMA - Órgãos Estaduais do Meio Ambiente
- OGM – Organismos Geneticamente Modificados
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- PAR - Programa de Aplicação Responsável
- PCMSO - Plano de Controle Médico de Saúde Ocupacional
- PPL – Pessoas, Planeta e Lucro
- PPRA - Plano de Prevenção de Riscos Ambientais
- PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
- RAS - Rede de Agricultura Sustentável
- RL – Reservas Legais
- RSB - Round Table on Sustainable Biofuels
- RTRS - Round Table on Responsible Soy
- SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto
- SAC - Sustainable Agriculture Code
- SAN - Sustainable Agriculture Network
- SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente
- SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- SFC - Sustainable Farm Certification
- SGO - Sistema de Garantia Orgânica
- SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
- TNC – The Nature Conservancy
- UE – União Europeia
- UNESP - Universidade Estadual Paulista
- WWF – World Wildlife Fund

## REFERÊNCIAS

- (1) SCHLESINGER, S. et al. (2010). *Pecuária Bovina no Brasil: Maior Produtividade com Menor Impacto Socioambiental*. Acesso em 13 de Março de 2012, disponível em Visão Brasil: <http://www.visaobrasil.org/?s=desafios+e+oportunidades+s>
- (2) YONEYA, F. (15 de Março de 2011). *Programa Soja Plus será posto em prática*. Acesso em 13 de Fevereiro de 2012, disponível em O Estado de S. Paulo: <http://blogs.estadao.com.br/agricola/2011/03/15/pograma-soja-plus-sera-posto-em-pratica/>
- (3) BRANDÃO, Herlon A. et al. (Junho de 2011). *Conhecendo o Brasil em Números*. (D. d.-D.-S. SECEX, Ed.) Acesso em fevereiro de 2012, disponível em Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Governo do Brasil: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1312203713.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1312203713.pdf)
- (4) NASSAR, André et al. (Junho de 2011). *Análise Estratégica para Produção de Soja Responsável no Brasil e na Argentina*. São Paulo, SP: Instituto de Estudo do Comércio e Negociações Internacionais - ICONE.
- (5) LIMA-BROWN, C.; COONEY, M.; CLEARY, D. (2010). *An overview of the Brazil-China soybean trade and its strategic implications for conservation*. Acesso em 24 de Fevereiro de 2012, disponível em TNC: <http://www.nature.org/ourinitiatives/regions/southamerica/brazil/explore/brazil-china-soybean-trade.pdf>
- (6) PINAZZA, Luiz Antonio et al. (Janeiro de 2007). *Cadeia Produtiva da Soja. 2*. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
- (7) The Dutch Soy Coalition; AIDEnvironment. (Fevereiro de 2008). *Soy - Big Business, Big Responsibility: Addressing the social and environmental impact of the soy value chain*.
- (8) Portal Brasil. (01º de Dezembro de 2010). *Banco do Brasil só financiará soja que estiver fora do bioma amazônico*. Acesso em 18 de Fevereiro de 2012, disponível em Portal Brasil: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/12/10/banco-do-brasil-so-financiara-soja-que-estiver-fora-do-bioma-amazonico>
- (9) LOURENÇO, Luciana. (06 de Outubro de 2011). *Moratória da Soja será renovada na próxima semana*. Acesso em 18 de Fevereiro de 2012, disponível em Rede Brasil Atual: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/ambiente/2011/10/moratoria-da-soja-sera-renovada-na-proxima-semana>
- (10) Rabobank. (Fevereiro de 2011). *Política Socioambiental, 3.1* / Fevereiro de 2011. Acesso em 18 de Fevereiro de 2012, disponível em Banco Rabobank International Brasil S.A.: <http://www.rabobank.com.br/pdfs/politica.pdf>
- (11) Rabobank. (2011). *Rabobank's position on Soy*. Acesso em 19 de Fevereiro de 2012, disponível em Rabobank: [http://www.rabobank.com/content/images/Rabobank%27s%20position%20on%20soy\\_tcm43-107433.pdf](http://www.rabobank.com/content/images/Rabobank%27s%20position%20on%20soy_tcm43-107433.pdf)
- (12) IFC. (2012). *Sobre a IFC*. Acesso em 19 de Fevereiro de 2012, disponível em International Finance Corporate: <http://www.ifc.org/ifcext/portuguese.nsf/Content/Home>
- (13) IFC. (20 de Dezembro de 2010). *BACP - Cover Letter*. Acesso em 19 de Fevereiro de 2012, disponível em IFC: [http://www1.ifc.org/wps/wcm/connect/d475ad0048865948b8bafa6a6515bb18/RFA%2B2010-3\\_SOY\\_FINAL.pdf?MOD=AJPERES](http://www1.ifc.org/wps/wcm/connect/d475ad0048865948b8bafa6a6515bb18/RFA%2B2010-3_SOY_FINAL.pdf?MOD=AJPERES)
- (14) FUNBIO. (2009). *Relatório Anual 2009*. Acesso em 19 de Fevereiro de 2012, disponível em Funbio: [http://www.funbio.org.br/Portals/0/Documentos/R A2009\\_funbio\\_nav.pdf](http://www.funbio.org.br/Portals/0/Documentos/R A2009_funbio_nav.pdf)
- (15) FAO. (2007). *Manual "Boas Práticas Agrícolas" para agricultura familiar*. Acesso em 20 de Fevereiro de 2012, disponível em Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural: <http://www.sa.df.gov.br/sites/100/148/00002062.pdf>

- (16) Soja Plus. (02 de Fevereiro de 2012). *Soja Plus - Documentos e Referências*. Acesso em 19 de Fevereiro de 2012, disponível em Soja Plus: <http://www.sojaplus.com.br/site/index.php?id=NQ==&area=6&secao=Apresentacoes&tipo=1>
- (17) Soja Plus. (2012). *Soja Plus - Como Participar*. Acesso em 19 de Fevereiro de 2012, disponível em Soja Plus: <http://www.sojaplus.com.br/site/index.php?id=Mw==&area=3&secao=Como+participar>
- (18) Ingo Isernhagen et al. (2009). *Área de Preservação Permanente - Como Preservar?* Cuiabá, MT: Governo de Mato Grosso, Aprosoja e TNC.
- (19) Syngenta. (2010). *Relatório de Sustentabilidade 2010*.
- (20) Globo Rural. (27 de Março de 2011). *Agricultores aderem ao projeto de regularização ambiental em MT*. Acesso em 19 de Fevereiro de 2012, disponível em G1 - Agronegócios: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/03/agricultores-aderem-ao-projeto-de-regularizacao-ambiental-em-mt.html>
- (21) Cargill. (2011). *Sustainably, Sourced & Supplied - Managing environmental concerns together*.
- (22) Cargill. (2012). *Corporate Responsibility - Point of View - Soy Production*. Acesso em 20 de Fevereiro de 2012, disponível em Cargill: <http://www.cargill.com/corporate-responsibility/pov/soy-production/index.jsp>
- (23) Unilever. (Fevereiro de 2010). *Sustainable Agriculture Code*. Acesso em 20 de Fevereiro de 2012, disponível em Sustainable Sourcing: [http://www.unilever.com/aboutus/supplier/sustainable\\_sourcing/?WT.LHNAV=Sustainable\\_Sourcing](http://www.unilever.com/aboutus/supplier/sustainable_sourcing/?WT.LHNAV=Sustainable_Sourcing)
- (24) Soja Livre. (2012). *Soja Livre - O Programa*. Acesso em 20 de Fevereiro de 2012, disponível em Soja Livre: <http://www.sojalivre.com.br/site/programa.php>
- (25) Bunge. (2011). *Relatório de Sustentabilidade 2011 – Gestão da Cadeia de Valor (Reconhecimento)*.
- (26) Bunge. (2011). *Relatório de Sustentabilidade 2011 – Gestão da Cadeia de Valor (Sanções)*.
- (27) ARES. (08 de Fevereiro de 2011). *Fique por Dentro*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Instituto para o Agronegócio Sustentável - ARES: [http://www.institutoares.org.br/fpd\\_informa\\_notas.asp?cod=1156&q=LNFT4O1C3R&top=TOP%2010](http://www.institutoares.org.br/fpd_informa_notas.asp?cod=1156&q=LNFT4O1C3R&top=TOP%2010)
- (28) Aprosoja. (19 de Agosto de 2011). *Produtores de soja aprendem boas práticas agrícolas*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Agro Link: [http://www.agrolink.com.br/agrolinkfito/noticia/produtores-de-soja-aprendem-boas-praticas-agricolas\\_134906.html](http://www.agrolink.com.br/agrolinkfito/noticia/produtores-de-soja-aprendem-boas-praticas-agricolas_134906.html)
- (29) ANDEF. (2011). *ANDEF*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF: <http://www.andef.com.br/noticias/noticia.asp?cod=370>
- (30) Carolina Mazzaro. (15 de Agosto de 2011). *Emater-DF*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal: [http://www.emater.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD\\_CHAVE=156172](http://www.emater.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=156172)
- (31) Rabobank. (2011). *Manual de Boas Práticas Socioambientais no Agronegócio*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Rabobank: [http://www.rabobank.com.br/pdfs/manual\\_boaspraticas.pdf](http://www.rabobank.com.br/pdfs/manual_boaspraticas.pdf)
- (32) SYNGENTA. (2012). *Syngenta - Responsabilidade Socioambiental*. Acesso em 07 de Março de 2012, disponível em Syngenta: <http://www.syngenta.com.br>
- (33) Grupo André Maggi. (2012). *Sustentabilidade*. Acesso em 02 de Março de 2012, disponível em Grupo André Maggi: <http://www.grupoandremaggi.com.br>
- (34) FIAGRIL. (2012). *Fiagril - Responsabilidade Socioambiental*. Acesso em 07 de Março de 2012, disponível em Fiagril: <http://www.fiagril.com.br>

- (35) Só Notícias. (2009). *Fiagril recebe prêmio nacional por práticas sustentáveis*. Acesso em 02 de Março de 2012, disponível em Biodieselbr.com: <http://www.biodieselbr.com/noticias/meio-ambiente/fiagril-premio-ptatica-sustentavel.htm>
- (36) WWF. (22 de Setembro de 2004). *The Basel Criteria for Responsible Soy Production*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em WWF: [http://wwf.panda.org/who\\_we\\_are/wwf\\_offices/bolivia/publication/?16872/The-Basel-Criteria-for-Responsible-Soy-Production](http://wwf.panda.org/who_we_are/wwf_offices/bolivia/publication/?16872/The-Basel-Criteria-for-Responsible-Soy-Production)
- (37) ProForest. (Agosto de 2004). *Os Critérios Basel para a Produção de Soja*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em ProForest: <http://www.proforest.net/objects/publications/Basel%20Criteria%20%20port.pdf>
- (38) WWF-Brasil. (22 de Dezembro de 2011). *Holanda quer importar 100% de soja responsável em quatro anos*. Acesso em 17 de Fevereiro de 2012, disponível em WWF Brasil: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=30323>
- (39) IDH. (2012). *IDH Sustainable Trade*. Acesso em 27 de Fevereiro de 2012, disponível em IDH: <http://www.idhsustainabletrade.com>
- (40) TERRA. (26 de Dezembro de 2011). *Holanda vai investir R\$ 17 mi na compra de soja responsável*. Acesso em 18 de Fevereiro de 2012, disponível em Terra Sustentabilidade: <http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,OI5533303-EI10411,00-Holanda+vai+investir+R+mi+na+compra+de+soja+responsavel.html>
- (41) ABIOVE. (13 de Outubro de 2011). *Moratória da Soja será renovada por mais um ano*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE: [http://abiove.org.br/sustent/abiove\\_release\\_moratoria\\_13out11\\_br.pdf](http://abiove.org.br/sustent/abiove_release_moratoria_13out11_br.pdf)
- (42) Imaflora. (s/d). *Moratória da Soja*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Imaflora: <http://www.imaflora.org/index.php/projeto/detalhe/72>
- (43) GLENISTER, David; NUNES, Vanda. (Julho de 2011). *Entendendo a Produção Sustentável de Bio-combustíveis*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em DCA-BR - Organização Brasileira para o Desenvolvimento da Certificação Aeronáutica: <http://www.dcabr.org.br/download/artigos/sgs.pdf>
- (44) RTRS. (2012). *Por que certificar-se conforme o padrão da RTRS?* Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Responsible Soy: [http://www.responsiblesoy.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=165&Itemid=82&lang=pt](http://www.responsiblesoy.org/index.php?option=com_content&view=article&id=165&Itemid=82&lang=pt)
- (45) RTRS. (2012). *Padrão da Cadeia de Custódia*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em RTRS: [http://www.responsiblesoy.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=210&Itemid=98&lang=pt](http://www.responsiblesoy.org/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=98&lang=pt)
- (46) RTRS. (2012). *Round Table on Responsible Soy Association*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em RTRS: <http://www.responsiblesoy.org/>
- (47) RTRS. (Julho de 2009). *Responsible Soy*. Acesso em 17 de Fevereiro de 2012, disponível em [http://www.responsiblesoy.org/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=99&Itemid=19&lang=pt](http://www.responsiblesoy.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=99&Itemid=19&lang=pt)
- (48) Cert ID. (Julho de 2011). *ProTerra Standard - Social Responsibility and Environmental Sustainability - v2.9*. Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Cert ID: <http://www.cert-id.eu/downloads/ProTerra-Standard-2-9-English.aspx>
- (49) IDÍGORAS, L. G. e PAPENDIECK, S. (14 de Dezembro de 2011). *Argentina Biodiesel Industry*. (B. -B. Management, Ed.) Acesso em 21 de Fevereiro de 2012, disponível em Argentine Embassy UK: [http://www.argentine-embassy-uk.org/docs/economia\\_comercio/files/AgriBusiness\\_Seminar\\_Presentations/Renewable\\_Energy\\_Argentina-G.Idigoras\\_S.Papendieck.pdf](http://www.argentine-embassy-uk.org/docs/economia_comercio/files/AgriBusiness_Seminar_Presentations/Renewable_Energy_Argentina-G.Idigoras_S.Papendieck.pdf)
- (50) 2BSvs. (2012). *Presentation 2BSvs*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2012, disponível em Biomass

Biofuels Sustainability:

<http://en.2bsvs.org/2bsvs/presentation.html>

(51) ÉPOCA. (s/d). *União Europeia propõe corte em subsídios agrícolas*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em Revista Época: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR83799-6013,00.html>

(52) 2BSvs. (2012). *Scheme requirements and documents*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em 2BSvs: <http://en.2bsvs.org/2bsvs/scheme-requirements-and-documents.html>

(53). (2009). *FEMAS - Feed Materials Assurance Scheme*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em Agricultural Industries Confederation: [http://www.agindustries.org.uk/document.aspx?fn=load&media\\_id=3600&publicationId=95](http://www.agindustries.org.uk/document.aspx?fn=load&media_id=3600&publicationId=95)

(54) RTRS. (Fevereiro de 2012). *FEMAS and RTRS launch a joint module for responsible soy supply*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em RTRS: [http://www.responsiblesoy.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=377%3Aacuerdo-rtrs-femas&catid=4%3Anoticias&Itemid=3&lang=en](http://www.responsiblesoy.org/index.php?option=com_content&view=article&id=377%3Aacuerdo-rtrs-femas&catid=4%3Anoticias&Itemid=3&lang=en)

(55) AAPRESID. (2012). *Quiénes somos*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa: <http://www.aapresid.org.ar/quienessomos.asp>

(56) CRUZ, J. C. et al. (Dezembro de 2006). *Cultivo do Milho*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em Embrapa Milho e Sorgo - Sistemas de Produção: [http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho\\_2ed/mandireto.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Milho/CultivodoMilho_2ed/mandireto.htm)

(57) AC. (2012). *Información general*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em Agricultura Certificada (AC): <http://www.ac.org.ar>

(58) IFOAM. (2012). *About IFOAM*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em IFOAM: <http://www.ifoam.org>

(59) Fairtrade. (2012). *Fairtrade International*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em Fairtrade Internacional: <http://www.fairtrade.net>

(60) Fairtrade. (2012). *Fairtrade Comércio Justo*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em Fairtrade Comércio Justo: <http://www.it2web.com/sites/fairtrade/oquee.asp>

(61) IBD. (2012). Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em IBD Certificações: <http://www.ibd.com.br>

(62) Imaflora. (2012). *Rede de Agricultura Sustentável*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em Imaflora: [http://www.imaflora.org/index.php/certificado/agricola\\_ras](http://www.imaflora.org/index.php/certificado/agricola_ras)

(63) GLOBALGAP. (2012). *Welcome to Global G.A.P.* Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em GLOBAL G.A.P.: [http://www.globalgap.org/cms/front\\_content.php?client=1&changelang=4&parent=&subid=&idcat=9](http://www.globalgap.org/cms/front_content.php?client=1&changelang=4&parent=&subid=&idcat=9)

(64) GlobalGap. (s/d). *TÜV Brasil*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em TÜV Brasil: <http://www.tuvbrasil.com.br/alimentos.asp>

(65) NOVA MUTUM. (2012). *Responsabilidade Social*. Acesso em 07 de Março de 2012, disponível em Prefeitura Municipal de Nova Mutum - MT: <http://www.novamutum.mt.gov.br/uploads/secretarias/ee808c8e6b.pdf>

(66) EPFL. (2012). *RSB*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em ÉCOLE POLYTECHNIQUE FÉDÉRALE DE LAUSANNE: <http://rsb.epfl.ch/>

(67) RSB. (05 de Novembro de 2010). *RSB Principles & Criteria for Sustainable Production*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em ÉCOLE POLYTECHNIQUE FÉDÉRALE DE LAUSANNE EPFL: <http://rsb.epfl.ch/files/content/sites/rsb2/files/Biofuels/Version%202/PCs%20V2/11-03-08%20RSB%20PCs%20Version%202.pdf>

(68) ISCC. (2012). *ISCC System*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2012, disponível em International Sustainability & Carbon Certification: [http://www.iscc-system.org/about\\_iscc/objectives/index\\_eng.html](http://www.iscc-system.org/about_iscc/objectives/index_eng.html)

(69) ISCC. (2012). *Safe, sustainable and climate friendly*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em ISCC: [http://www.iscc-sys-tem.org/e1072/e1074/e1986/element1987/110901\\_ISCC\\_english\\_eng.pdf](http://www.iscc-sys-tem.org/e1072/e1074/e1986/element1987/110901_ISCC_english_eng.pdf)

(70) ISCC. (19 de Abril de 2010). *Sustainability Requirements for the Production of Biomass*. Acesso em 22 de Fevereiro de 2012, disponível em ISCC: [http://www.iscc-sys-tem.org/e865/e3982/e4744/e4746/e4750/ISCC202\\_SustainabilityRequirements-RequirementsfortheProductionofBiomass\\_eng.pdf](http://www.iscc-sys-tem.org/e865/e3982/e4744/e4746/e4750/ISCC202_SustainabilityRequirements-RequirementsfortheProductionofBiomass_eng.pdf)

(71) NEN. (2012). Acesso em 23 de Fevereiro de 2012, disponível em Sustainable Biomass: <http://www.sustainable-biomass.org>

(72) DEKRA. (2012). *NTA 8080*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2012, disponível em Dekra - On the safe side: <http://www.dekra-certification.com/en/nta8080>

(73) TNC. (Agosto de 2010). *Manual Operativo - Projeto de Assistência Técnica para o "Cadastro Ambiental Rural"*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2012, disponível em The Nature Conservancy: <http://portugues.tnc.org/comunicacao-midia/publicacoes/assistencia-tecnica-cadastro-ambiental-rural.pdf>

(74) Casa Civil. (10 de Dezembro de 2009). Decreto 7.029.

(75) MMA. (Setembro de 2009). *Termo de Referência*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2012, disponível em Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD: <http://www.pnud.org.br/recrutamento/arquivos/1255442046.pdf>

(76) TNC. (09 de Fevereiro de 2012). *Cadastro Ambiental Rural*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2012, disponível em The Nature Conservancy: <http://portugues.tnc.org/tnc-no-mundo/americas/brasil/projetos/cadastro-ambiental-rural.xml>

(77) Agência Senado. (07 de Dezembro de 2011). *Cadastro Ambiental Rural terá importância central para gestão ambiental*. Acesso em 23 de Fevereiro de 2012, disponível em Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/noticias/cadastro-ambiental-rural-tera-importancia-central-para-gestao-ambiental.asp>

(78) ADM. ADM Worldwide - Brasil. Acesso em 04 de Junho de 2012, disponível em ADM: <http://www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/Paginas/default.aspx>

(79) Jornal Em Discussão. Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Acesso em 04 de Junho de 2012, disponível em Senado Federal: [http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMD\\_ISCUSSAO/trabalho-escravo/ongs-contra-o-trabalho-escravo/pacto-nacional-pela-erradicacao-do-trabalho-escravo.aspx](http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMD_ISCUSSAO/trabalho-escravo/ongs-contra-o-trabalho-escravo/pacto-nacional-pela-erradicacao-do-trabalho-escravo.aspx)



Foto: AIBA

**Cargill**<sup>TM</sup>

**syngenta**

The Nature Conservancy 

Proteger a natureza é preservar a vida.

**FIAGRIL**

[www.fiagril.com.br](http://www.fiagril.com.br)



**AMAGGI**  
Exportação e Importação

GRUPO ANDRÉ MAGGI